

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

ISABEL SPEGGIORIN DEVINCENZI

O NARRADOR EM *BENITO CERENO* DE HERMAN MELVILLE:  
PERSPECTIVAS NARRATIVAS E DISCURSIVAS

PORTO ALEGRE

2015

ISABEL SPEGGIORIN DEVINCENZI

O NARRADOR EM *BENITO CERENO* DE HERMAN MELVILLE:  
PERSPECTIVAS NARRATIVAS E DISCURSIVAS

Trabalho de conclusão de curso  
apresentado como requisito parcial para  
obtenção de grau de Licenciatura em Letras  
pela Universidade Federal do Rio Grande  
do Sul.

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Elaine Barros Indrusiak  
Orientadora

PORTO ALEGRE

2015

Speggorin Devincenzi, Isabel

O narrador em Benito Cereno de Herman Melville:  
perspectivas narrativas e discursivas / Isabel  
Speggorin Devincenzi. -- 2015.

78 f.

Orientador: Elaine Barros Indrusiak.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto  
de Letras, Licenciatura em Letras: Língua Portuguesa  
e Literaturas de Língua Portuguesa, Língua Inglesa e  
Literaturas de Língua Inglesa, Porto Alegre, BR-RS,  
2015.

1. Benito Cereno. 2. narrador. 3. foco narrativo.  
4. discurso . 5. ideologia. I. Barros Indrusiak,  
Elaine, orient. II. Título.

ISABEL SPEGGIORIN DEVINCENZI

O NARRADOR EM *BENITO CERENO* DE HERMAN MELVILLE:  
PERSPECTIVAS NARRATIVAS E DISCURSIVAS

Trabalho de conclusão de curso  
apresentado como requisito parcial para  
obtenção de grau de Licenciatura em Letras  
pela Universidade Federal do Rio Grande  
do Sul.

Aprovado em: \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Elaine Barros Indrusiak

---

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Rita Lenira de Freitas Bittencourt

---

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Solange Mittmann

“Ninguém é mais escravo do que aquele  
que se julga livre sem o ser.” (Johann  
Wolfgang Goethe)

## AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul por me proporcionar uma formação acadêmica pública e de qualidade.

À professora Elaine Indrusiak, a quem agradeço com especial carinho, por ter me aceitado como orientanda e ter acreditado e investido neste trabalho, pelas correções e observações, ademais, por toda a atenção dedicada.

Às professoras Rita Lenira Bittencourt e Solange Mittmann por aceitarem compor a banca examinadora deste trabalho.

Aos demais professores do Instituto de Letras pelo crescimento humano e intelectual.

Aos meus pais Ernesto e Vera Beatriz e irmãos Diego e Bruna, cujas presenças são essenciais em minha vida, pelo amor incondicional e constante apoio.

Aos colegas da Letras, Marianna, Mônica, Thiely e Victor Hugo pela amizade e companheirismo em todos os anos de curso.

Às amigas Carolina e Caroline pelo incentivo e carinho.

A Deus.

## RESUMO

Este trabalho se propõe a analisar o narrador e o foco narrativo em *Benito Cereno* de Herman Melville para verificar duas hipóteses. A primeira hipótese, que diz respeito a um dos enfoques deste trabalho, o da perspectiva estrutural da narrativa com base no modelo narratológico de Genette (1995), é que o narrador não é confiável, ainda que extradiegético, tendo em vista três principais fatores fundamentados na teoria de Wayne Booth (1983): a parcialidade do foco narrativo adotado em relação aos eventos narrados, o jogo de ironias que marcam o discurso do narrador e a distância entre aquilo que é afirmado pelo narrador e o que defende o *autor implícito*. A segunda hipótese, que se refere ao segundo enfoque deste trabalho, o do contexto, é que, através do narrador e do ponto de vista adotados, Melville criou possibilidades para que uma crítica social à escravidão pudesse ser construída, dado o caráter dialógico e vivo do discurso, no romance apresentado de modo polifônico, o autor implícito vai contra a hegemonia discursiva da época. Acerca dessa segunda hipótese do trabalho são relacionadas as teses de Bakhtin (1992, 2010, 2015), Pêcheux (1988, 2006) e Foucault (2008, 2009) sobre discurso e ideologia. A metodologia deste trabalho se deu sobre a análise de passagens da obra de Melville em questão e de outro estudo sobre *Benito Cereno* proposto por Grandin (2015) a fim de verificar as hipóteses levantadas. Os resultados observados confirmaram as hipóteses iniciais, uma vez que uma postura crítica sobre a obra é assumida e são concebidas possíveis inferências a contextos mais profundos a que a obra pode se referir, ao invés de somente o contexto imediato na qual a narrativa transcorre.

Palavras-chave: *Benito Cereno*; narrador; foco narrativo; discurso; ideologia.

## ABSTRACT

This work aims at analyzing the narrator and narrative focus in *Benito Cereno*, by Herman Melville, to verify two hypotheses. The first hypothesis, which concerns one of the two focuses of this work, the structural narrative perspective based on Genette's narratological model (1995), is that the narrator is unreliable, though extradiegetic, following three main aspects identified in Wayne Booth's theory (1983): the bias of the narrative focus adopted in relation to the events described, the irony game present in the narrator's speech, and the distance between what is said by the narrator and what is defended by the *implied author*. The second hypothesis, which refers to this work's second approach, the context, is that through the narrator and the point of view adopted, Melville created possibilities for a social critique of slavery, given the dialogical and living characteristic of speech, presented in novel through the polyphonic mode, the implied author goes against the hegemonic discourse of the time. This second hypothesis is supported by the theses by Bakhtin (1992, 2010, 2015), Pêcheux (1988, 2006) and Foucault (2008, 2009) concerning discourse and ideology. The methodology of this work was based on the analysis of excerpts from Melville's work and another study on *Benito Cereno* proposed by Grandin (2015) for verification of the hypotheses. The results obtained confirmed the initial hypotheses once a critical stance on the work is assumed and possible inferences of deeper contexts that the work may refer to are conceived, rather than limiting the analysis to the immediate context in which the story unfolds,.

Keywords: *Benito Cereno*; narrator; narrative focus; discourse; ideology.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	13
2.1 O narrador .....	13
2.1.1 O narrador <i>extradieético</i> ou <i>intradieético</i> .....	13
2.1.2 O narrador <i>heterodieético</i> ou <i>homodieético</i> .....	13
2.1.3 Os tipos de narrador .....	14
2.1.4 Propriedades do narrador .....	15
2.1.4.1 Posição no tempo .....	15
2.1.4.2 Visibilidade .....	16
2.1.4.3 Confiabilidade .....	17
2.2 O foco narrativo .....	18
2.2.1 Distância .....	19
2.2.2 Perspectiva ou focalização .....	21
2.2.2.1 Alterações de focalização .....	22
2.3 A representação da ideologia no enunciado/discurso e na narrativa .....	24
2.4 Contextos sócio-históricos .....	35
2.4.1 O colonialismo nas Américas .....	35
2.4.2 A Guerra de Secessão .....	38
<b>3 ANÁLISE DO NARRADOR E DO FOCO NARRATIVO</b> .....	40
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	74
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	76

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho se propõe a uma análise da obra *Benito Cereno*, do autor americano Herman Melville, que irá verificar dois aspectos da constituição narrativa do texto, o narrador e os focos narrativos adotados, bem como o contexto histórico-cultural a que o texto faz referência. Primeiramente, será determinado o tipo de narrador e o foco narrativo da diegese com base nos estudos narratológicos de Gérard Genette (1995), Todorov (2013) e Wayne Booth (1983). A seguir, será proposta uma discussão acerca da ideologia presente no texto, seguida da contextualização sócio-histórica da narrativa e do momento histórico que envolveu a escrita da obra, com o objetivo de relacionar como esses contextos constituem e são constituídos pelos discursos ideológicos dominantes da época e como eles se refletem na construção da narrativa, especialmente sobre o narrador. Para esse segundo enfoque, serão usados como base os estudos de Pêcheux (1988, 2006), Foucault (2008, 2009) e Bakhtin (1992, 2010, 2015).

A motivação para esse trabalho surgiu do meu interesse por essa obra em especial de Melville que, talvez, por ser pouco conhecida e estudada no Brasil nunca tinha sido mencionada durante o meu curso de Letras ou cruzado o meu caminho como leitora, até eu encontrar o livro referido em uma prateleira de um sebo em Porto Alegre. Quando li *Benito Cereno* despretensiosamente alguns anos atrás, fui surpreendida por uma narrativa de estrutura concisa, mas extremamente intrincada, repleta de imagens cifradas e as reticências de um narrador que parece sugerir mais do que está explicitamente narrado. Tais características me instigaram a reflexões diversas e que serão expostas ao longo deste trabalho.

Sob o ponto de vista narratológico, será verificada a hipótese de que ainda que o narrador de *Benito Cereno* seja *extradieético* (ele não participa da narrativa) isso não confere a ele imparcialidade, visto que o foco narrativo, na maior parte da narrativa, recai sobre a perspectiva de um personagem da história (focalização interna), a do protagonista, Capitão Amassa Delano, de forma que as considerações desse narrador parecem muito se distanciar daquilo que o *autor implícito* concebe ideologicamente.

O narrador nos revela um universo paralelo ao da narrativa: o da escravidão e das relações entre senhor e escravo numa época em que foi instituído o livre comércio de escravos para todas as nações (séc. XVIII); entretanto, na narrativa, tal ordem de dominação foi invertida. Essa percepção nos leva à segunda hipótese do trabalho.

A segunda hipótese é de que, em *Benito Cereno*, há uma tentativa do autor em transformar o discurso ideológico sócio e culturalmente estabelecido na época propondo uma inversão de poderes na relação entre senhor e escravo e concebendo Babo como um mentor

intelectual. O objetivo é verificar as relações entre *discurso e ideologia* presentes no texto que são expressadas através dos pontos de vista adotados na narrativa: a do Capitão Delano, na grande extensão da narrativa, e a de Dom Benito, em parte reduzida.

Sobre o recorte da análise podem ser apontadas justificativas que concernem aos dois enfoques do trabalho, mas que acabam por convergirem.

O enfoque narratológico se justifica na proposta de um estudo estrutural do narrador e do foco narrativo em *Benito Cereno* por não ter sido encontrado em pesquisas anteriores acerca dessa obra, mas, principalmente, porque tal reflexão se mostra válida para que possamos compreender a construção da narrativa e os efeitos de sentidos produzidos por essas escolhas, não só no nível puramente formal, mas, também, na expressão do conteúdo social e ideológico do texto, de forma que narrador e ideologia influenciam-se mutuamente, como irei descrever mais à frente.

O enfoque dado ao contexto da narrativa, em um primeiro olhar, pode ser concebido como antagônico ao narratológico, tendo em vista que a análise do contexto rompe com os padrões estruturais da narratologia clássica por dar ênfase a uma análise externa do texto; entretanto, essa abordagem é complementar à primeira, pois se mostra essencial para que os sentidos da narrativa sejam preenchidos.

Como nos afirmam Herman & Vervaeck (2005:9): “a análise de uma história não pode permanecer independente do leitor que traz a história à vida.”<sup>1</sup> Acredito que constatação de que a leitura que fiz de *Benito Cereno* resultou na atribuição de determinados sentidos à obra e que, neste trabalho, serão expostos, converge com a afirmativa feita por Herman & Vervaeck sobre a composição narrativa: a expectativa do leitor é necessária para preencher o sentido da narrativa e, também, ressignificá-la.

A narrativa envolta por um clima de desconforto e perturbação conta com a expectativa do leitor e as possíveis conclusões formadas por ele quando este é apresentado a uma situação de ordem contrária à que é comumente concebida. Em *Benito Cereno*, a ordem do sistema escravagista foi invertida, o “bom criado” se encontra com o poder e o senhor está fragilizado. Não obstante, mais importante é o fato de que, até o desfecho da narrativa, é inconcebível para o capitão Amassa Delano, e, provavelmente, também para o leitor, que essa ordem social pudesse estar invertida, o que faz com que a revelação do segredo sustentado por Dom Benito e o escravo Babo seja tão surpreendente.

---

<sup>1</sup> No original: “the analysis of a story cannot remain independent of the reader who brings the story to life.” (Herman & Vervaeck, 2005:9).

Durante o curso da narrativa, o capitão Amassa Delano passa a suspeitar que o espanhol Benito Cereno confabula com o seu criado Babo sobre um possível ataque ao navio americano, o *Bachelor's Delight*; contudo, a situação real é completamente diversa. Babo é o líder de um motim que tomou o curso do navio espanhol e tenta retornar ao Senegal, onde alguns dos escravos, inclusive Babo, foram capturados. O que o Capitão Delano percebe como servilidade e a suposta tentativa do criado de agradar seu senhor, antecipando seus desejos e acompanhando-o em todos os momentos é, na realidade, Babo exercendo o seu poder, agora, de “senhor”, assegurando-se que o espanhol não revelaria o plano dos amotinados.

Críticos acreditam que Melville criou nessa obra, que é uma versão ficcional de um relato verídico de viagem de navegação, uma alusão ao momento histórico em que o texto foi escrito, o período da Guerra de Secessão, e à questão racial nos Estados Unidos visto nas raízes escravagistas do continente americano. As correlações que podem ser estabelecidas entre a sociedade da época em que transcorre a narrativa (1799)<sup>2</sup>, a sociedade da época em que Melville escreveu o texto (1855) e a nossa sociedade de hoje no que concerne a ordem social e posição social do negro indicam que Melville era um autor genial e à frente do seu tempo.

As implicações da impossibilidade de conceber o escravo Babo numa posição de poder dizem algo sobre os conceitos culturalmente construídos pela nossa sociedade e tidos como aceitáveis ou de “senso comum” e que são importantes de serem discutidos. A consideração de que Melville fala, nas entrelinhas do texto, que há algo de podre nas sociedades escravagistas, incluindo aí a americana, que se encontrava em uma guerra civil para, entre outros pontos, sustentar a escravidão, resulta da hipótese de que o autor, sem se propor, aparentemente, a fazer da questão da escravidão o intento principal do texto literário, faz com que o leitor questione o senso comum e a “noção de certo e errado”. Afinal, se houvesse um “certo” ou “errado”, uma conduta “moral” ou “imoral” quem ou quais seriam estas na narrativa? E por quê?

---

<sup>2</sup> A revolta a bordo do navio *Tryal* (na narrativa rebatizado *San Dominick*) ocorreu, de fato, em 1805, contudo Melville decidiu adotar, na obra, uma data ficcional, o narrador introduz a narrativa como se fosse o ano de 1799.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 O narrador

Na teoria narratológica existem diferentes terminologias para classificar o narrador de uma história, aqui será seguida, essencialmente, a terminologia de Gérard Genette (1995), mas outras classificações serão introduzidas, oportunamente, para fins de comparação.

#### 2.1.1 O narrador *extradieético* ou *intradieético*

Para Gerárd Genette (1995) o narrador não deve ser definido quanto à pessoa gramatical que marca o discurso (1ª ou 3ª pessoa), tal como propõe Stanzel (1964)<sup>3</sup>, mas quanto ao estatuto do narrador. Genette (1995) diz que os diferentes tipos de narradores podem ser definidos de acordo com os *níveis* que o narrador estabelece com a narrativa. O *narrador extradieético* é uma voz que não participa da narrativa, ele não é um personagem; por sua vez, o *narrador intradieético* é um participante da narrativa.

Segundo Reis e Lopes (2000), no nível extradieético:

se situa o narrador ‘exterior’ à diegese que narra, colocando-se quase sempre (mas não obrigatoriamente) numa posição de ulterioridade (...) que favorece essa posição de exterioridade”. (REIS e LOPES, 2000:126)

O *narrador extradieético*, portanto, está acima da diegese que narra, ele é exterior à narrativa; já o *narrador intradieético*, participa da diegese. A diferença entre esses dois tipos de narradores, segundo Herman e Vervaeck (2005:82), é *hierárquica*: “O narrador extradieético ocupa o lugar mais alto na hierarquia, enquanto o narrador intradieético está em um nível abaixo.”<sup>4</sup>

#### 2.1.2 O narrador *heterodieético* ou *homodieético*

---

<sup>3</sup> Segundo Zilberman (2012:107), Franz Stanzel, em *Formas Típicas do Romance* (1964), enumera “três situações narrativas típicas”: “a situação narrativa autorial”; “a situação narrativa em primeira pessoa” e “a situação narrativa pessoal”.

<sup>4</sup> No original: “The extradiegetic narrator occupies the highest place in the hierarchy, while the intradiegetic narrator sits one step below.” (Herman & Vervaeck, 2005:82).

Segundo Genette (1995) o *narrador heterodiegético* ou *homodiegético* concerne ao *envolvimento* do narrador com a história. O *narrador heterodiegético* é o “narrador ausente da história que conta” (GENETTE, 1995:244), ele não integra como personagem o universo diegético. Já o *narrador homodiegético* é aquele “narrador presente como personagem na história que conta” (Ibid.).

(...) narrador homodiegético é a entidade que veicula informações advindas da sua própria experiência diegética; quer dizer que, tendo vivido a história como personagem, o narrador retirou daí as informações de que carece para construir o seu relato, assim se distinguindo do narrador heterodiegético. (REIS e LOPES, 2000: 124)

Herman e Vervaeck (2005:84) esquematizam a proposta genettiana nos seguintes termos: enquanto a diferença entre *extra-* e *intradiegético* está numa *hierarquia de nível* em relação à diegese, a diferença entre *homo-* e *heterodiegético*, por sua vez, está no *envolvimento* do narrador com a narrativa:

Ou o narrador experienciou aquilo que ele está narrando, o que o faz homodiegético, ou ele não experienciou, o que o faz heterodiegético. (Herman & Vervaeck, 2005:84; minha tradução)<sup>5</sup>

Ainda, para Genette (1995), existe o *narrador autodiegético*, que é o narrador homodiegético que narra uma história da qual é o protagonista. Herman e Vervaeck (2005:84) aceitam, além disso, o narrador *alodiegético* aquele narrador que narra apenas aquilo que testemunhou, não o que protagonizou. Essa distinção entre protagonista e testemunha, contudo, não é concebida por Genette.

### 2.1.3 Os tipos de narrador

De acordo com Herman e Vervaeck (2005:85) há seis tipos de narradores: o narrador extradiegético e heterodiegético; o extradiegético alodiegético, o extradiegético e

---

<sup>5</sup> No original: “Either the narrator has experienced that which he is narrating, in which case he is homodiegetic, or he has not, in which case he is heterodiegetic.” (Herman & Vervaeck, 2005:84).

autodiegético; e, respectivamente, todas essas possibilidades de combinação entre nível e envolvimento se aplicam ao narrador intradiegético.

Para simplificar, irei expor aqui apenas os quatro tipos de narrador resultantes da combinação genettiana de *nível* e *envolvimento* e esquematizados didaticamente por Wink (2007) em um quadro:

	NÍVEL	Extradiegético	Intradiegético
RELAÇÃO			
Heterodiegético		Homero	Sherazade
Homodiegético		Brás Cubas	Ulisses

Tabela 1 – Tipos de narradores. (WINK, 2007:87)

Wink (2007), citando os exemplos fornecidos por Genette (1995), exceto pelo par *extradiegético/homodiegético*, diz que os tipos de narradores podem ser exemplificados da seguinte maneira: o *extradiegético/heterodiegético* por Homero em *Odisséia*: o narrador está acima da narrativa e conta uma história da qual não participa; o *extradiegético/homodiegético*, por Brás Cubas no romance homônimo de Machado de Assis: o narrador narra a sua própria história, mas está acima da diegese narrada, visto que ele é um narrador póstumo; o *intradiegético/heterodiegético* por Sherazade: ela faz parte da narrativa, mas conta histórias das quais não participa; e o *intradiegético/homodiegético* por Ulisses em *Ilíada*: o narrador faz parte da narrativa e conta a sua própria história.

#### 2.1.4 Propriedades do narrador

Para Herman & Vervaeck os tipos de narradores podem ser classificados de acordo com três propriedades: posição no tempo (*position in time*), visibilidade (*visibility*) e confiabilidade (*reliability*).

##### 2.1.4.1 Posição no tempo

Nos termos de Herman & Vervaeck, a posição no tempo (*position in time*) é a primeira propriedade dessa classificação: “Em primeiro lugar está a relação temporal entre o momento da narração e o momento no qual os eventos narrados ocorrem.” (Herman & Vervaeck, 2006:86)<sup>6</sup>. Devemos considerar nesse critério a posição no tempo na qual o narrador se encontra em relação aos eventos narrados.

Para Genette (1995) há quatro opções de posicionamento temporal da narração: a *ulterior*, a narração é subsequente aos eventos; a *anterior*, a narração é anterior aos eventos e o tom da narração é de previsão; a *simultânea*, a narração ocorre no mesmo tempo da ação; e a *intercalada*, quando a narração ocorre entre os momentos da ação, é o que acontece nos romances epistolares, exemplifica Genette (1995:216).

#### 2.4.1.2 Visibilidade

A visibilidade (*visibility*) é a segunda propriedade de classificação:

a visibilidade é a segunda propriedade do narrador, que pode ser representada numa escala móvel que vai do narrador praticamente invisível para um que é extremamente visível. (Herman & Vervaeck, 2005:87; minha tradução)<sup>7</sup>

Segundo Herman e Vervaeck (2005:88) a visibilidade não deve ser confundida com *presença*, uma vez que um narrador invisível pode ter presenciado os eventos narrados, e um narrador visível, não. Tal critério não deve ser confundido, portanto, com o envolvimento do narrador com a narrativa (*hetero-* ou *homodiegese*).

Herman e Vervaeck (2005:87) retomam dois conceitos de Rimmon-Kenan (1983), para quem a visibilidade se refere à maneira como o narrador se mostra no texto, se ele se encobre (*covert narrator*) ou se coloca em evidência (*overt narrator*). Segundo Herman e Vervaeck (2005:87) o narrador pode preferir usar citações e não se apresentar na primeira pessoa (*covert narrator*), ou ele pode preferir usar a paráfrase e se apresentar na primeira pessoa (*overt narrator*).

---

<sup>6</sup> No original: “First of all there is the temporal relation between the moment of narration, and the moment at which the narrated events take place.” (Herman & Vervaeck, 2005:86).

<sup>7</sup> No original: “visibility is the narrator’s second property, which can be represented on a sliding scale from nearly invisible narrator to one is extremely visible.” (Herman & Vervaeck, 2005:87).

### 2.4.1.3 Confiabilidade

Segundo Herman & Vervaeck (2005) as duas primeiras propriedades do narrador (ponto de vista e visibilidade) são “características relativamente técnicas” (p.89) e que podem ser analisadas através de um método; já a confiabilidade, não, uma vez que grande parte dessa tarefa fica à critério do leitor: “(...) a decisão sobre (in)confiabilidade em grande parte cabe ao leitor.” (Herman & Vervaeck, 2005:89)<sup>8</sup>.

Para tal fim, o leitor acaba por conceber o narrador com forma e atributos humanos: “Com a confiabilidade entramos no domínio antropomórfico e transformamos o narrador em um agente humano”. (Herman & Vervaeck, 2005:89)<sup>9</sup>. Por isso, a confiabilidade não é aprofundada pelos estruturalistas. Para tratar dessa propriedade eu abordarei os estudos de Wayne Booth em *The Rhetoric of Fiction* (1983).

Booth (1983) postula que a narrativa é um ato de comunicação, portanto as narrativas também possuem emissor, mensagem e destinatário. Dentro desse esquema, Both define com pormenores esses e outros agentes que participam do ato comunicativo. Todavia, para descrever a propriedade da confiabilidade irei expor aqui apenas os seus conceitos de autor empírico (*empirical authors*), autor implícito (*implied author*) e o leitor implícito (*implied reader*).

O *autor empírico* é o escritor propriamente dito, de carne osso, a quem podemos atribuir biografia; o *autor implícito* é uma criação do autor empírico para dar vazão a sua escrita; o *leitor implícito* é o destinatário da mensagem, tendo em vista que a narrativa é um ato de comunicação, o autor implícito tem em mente um suposto leitor ideal a quem dirige o seu texto. Segundo Herman & Vervaeck (2005) é o autor implícito que dá a forma ao texto e, conseqüentemente, atribui o caráter ideológico do texto, também:

O autor implícito não aparece, de fato, no texto. Ele não é uma voz audível, contudo, ele toma parte na narrativa. Ele constitui a fonte para o agregado de normas e opiniões que constituem a ideologia do texto. (Herman & Vervaeck, 2005:16; minha tradução)<sup>10</sup>

---

<sup>8</sup> No original: “(...) the decision concerning (un)reliability largely lies with the reader.” (Herman & Vervaeck, 2005:89).

<sup>9</sup> No original: “With reliability one enters the anthropomorphic domain and turns the narrator into a human agent.” (Herman & Vervaeck, 2005:89).

<sup>10</sup> No original: “The implied author does not actually appear in the text. He does not have an audible voice, and yet he forms part of the narrative. He constitutes the source for the aggregate of norms and opinions that makes up the ideology of the text.” (Herman & Vervaeck, 2005:16).

Booth (1983) afirma que a confiabilidade do narrador está diretamente relacionada com a conformidade entre o discurso ideológico do autor implícito e aquilo que o narrador transparece no texto narrativo:

Quanto mais próximas as afirmações do narrador se parecem com a ideologia do autor implícito, mais confiável ele se tornará. (Herman & Vervaeck, 2005:17)<sup>11</sup>

Por conseguinte, para Wayne Booth (1983), se um narrador confiável é aquele cujas afirmações convergem com as do autor implícito, um narrador não confiável é aquele cujas afirmações divergem das do autor implícito:

Por falta de termos melhores, eu chamei um narrador de *confiável* quando ele fala através ou age de acordo com as normas da obra (o que vem a ser a norma do autor implícito), *não-confiável* quando não. (...) (BOOTH, 1983:158-159; minha tradução)<sup>12</sup>

## 2.2 Foco narrativo

Leite (2005) ilustra de maneira concisa e didática a tipologia de Norman Friedman (1955) sobre o foco narrativo. Segundo Friedman, tal questão é regida por quatro perguntas centrais, esquematizadas por Leite (2005:5):

- 1) quem conta a história?
- 2) de que posição ou ângulo em relação à história o narrador conta?
- 3) que canais de informação o narrador usa para contar a história?
- 4) a que distância ele coloca o leitor da história? (LEITE, 2005:5)

Através dessas questões, Friedman propõe vários tipos de narrador. O *narrador onisciente intruso*; *narrador onisciente neutro*; “*eu*” *como testemunha*; *narrador protagonista*; *onisciência seletiva múltipla*; *onisciência seletiva*. Não irei descrever a terminologia de

---

<sup>11</sup> No original: “The closer the narrator’s statements resembles the implied author’s ideology, the more reliable he will turn out to be.” (Herman & Vervaeck, 2005:17).

<sup>12</sup> No original: “(...) For lack of better terms, I have called a narrator *reliable* when he speaks for or acts in accordance with the norms of work (which is to say, the implied author’s norm), *unreliable* when he does not.” (BOOTH, 1983:158-159).

Friedman em pormenores, pois a sua classificação foi de certa forma “superada” pela de Genette (1995), que propôs uma teoria mais técnica e detalhada acerca da narrativa (WINK, 2007:21).

Genette (1995) percebe o foco narrativo com outra terminologia, este autor trata da focalização dentro do paradigma de *modo* (são três os paradigmas que Genette criou para analisar a narrativa: *tempo, modo e voz*). Para Genette (1995), o modo regula a informação que é passada na narrativa, que depende da *visão* ou *ponto de vista* de quem conta a narrativa. Sobre esse critério, Genette (1995) propõe dentro do paradigma de modo duas modalidades de análise, a *distância* e a *perspectiva*:

Distância e perspectiva, assim provisoriamente nomeadas e definidas, são as duas modalidades essenciais dessa regulação da informação narrativa que é o modo, como a visão que tenho de um quadro depende, quanto à precisão, da distância que me separa dele, e, quanto à amplitude, da minha posição em relação a certo obstáculo parcial que mais ou menos o esconde. (GENETTE, 1995:160)

Como podemos perceber, distância e perspectiva estão relacionadas ao condicionamento da informação narrativa pelo ponto de vista do narrador, para isso devemos considerar narrador e objeto narrativo, e de qual distância e amplitude, respectivamente, o narrador se posiciona do objeto.

### 2.2.1 Distância

Sobre o critério da distância, Genette (1995) concebe que:

[...] a narrativa pode fornecer ao leitor mais ou menos pormenores, e de forma mais ou menos directa (sic.), e assim parecer (...) manter-se maior ou menor distância daquilo que conta. (GENETTE, 1995:160)

A distância é, portanto, um modo de regulação de informação na narrativa; se a história é contada de forma mais ou menos detalhada. Genette (2013) retoma o que Platão em *A República* e Aristóteles em *Poética* já haviam identificado de formas distintas.

Para Aristóteles, a narrativa (*diegesis*) é um dos dois modos da imitação poética (*mimesis*), o outro sendo a representação direta dos acontecimentos por atores falando

e agindo diante do público. Aqui instaura-se a distinção clássica entre poesia narrativa e poesia dramática. (GENETTE, 2013:266)

Genette (2013) diz que o que Aristóteles concebe por *mimesis* já havia sido esboçado por Platão em *A República*, com determinadas ressalvas: Sócrates percebia na narrativa um defeito da imitação.

Para Platão, o domínio daquilo que ele chama *lexis* (ou maneira de dizer, por oposição a *logos*, que designa o que é dito) divide-se teoricamente em imitação propriamente dita (*mimesis*) e simples narrativa (*diegesis*). (GENETTE, 2013:266)

Platão compreende por *narrativa simples* quando: “o poeta narra “falando em seu próprio nome, sem procurar crer que é um outro que fala” (apud GENETTE, 2013); em contrapartida, a *imitação* se dá quando o poeta fala fingindo ser outro: o poeta fala “em nome de outrem” (PLATÃO, 1965:158 apud ZILBERMAN, 2012:101). Os dois modos podem aparecer, ainda, em um mesmo poema, através de um modelo misto. (ZILBERMAN, 2012:101). Portanto, para Platão, quando o poeta *descreve* aquilo que outro diz e fez (discurso indireto), essa narrativa é pura, quando o poeta *reproduz* aquilo que outro disse (discurso direto), é imitação. Já para Aristóteles, tudo é imitação, *mimesis*, só há a diferença entre os dois modos que compõem a *mimesis*: a narrativa (*diegesis*) e o gênero dramático.

Há na oposição entre *diegesis* e *mimesis*, a oposição entre o *narrar* e o *contar*, *showing* vs. *telling*. Segundo Wink (2007:48), a interpretação desses conceitos aristotélicos gerou divergências na teoria narrativa. Houve, no início do século XX, uma predileção e supervalorização do mostrar sobre narrar, da arte cênica sobre a prosa. Contudo, para Booth (1983), em concordância para Genette (1995), a concepção de *showing* como imitação ou representação é uma ilusão. Genette (1995) afirma que “contrariamente à representação dramática nenhuma narrativa pode “mostrar” ou “imitar” a história que conta” (GENETTE, 1995:161), visto que, para o autor, a “*mimesis* é *diegesis*” (GENETTE, 2013). Booth (1983), por sua vez, critica definições bem definidas sobre o narrar e o contar, já que, segundo Booth (1983), um autor, invariavelmente, “mostra” e “conta”.

Genette (1995) interpreta a teoria mimética, como uma *forma de contar*, seja ela menos ou mais desenvolvida, com menor ou maior detalhamento, e com a ausência ou não do narrador:

“Mostrar” não pode ser senão uma *forma de contar* e essa forma consiste ao mesmo tempo em *dizer* o mais possível *sobre*, mas dizê-lo o menos possível (...) fazer esquecer que é o narrador quem conta. (GENETTE, 1995:164)

Segundo Genette (1995), a *narrativa pura*, portanto, deve mostrar o melhor possível dizendo o menos possível, ou seja, com menor presença do narrador.

### 2.2.2 Perspectiva ou focalização

Segundo Genette (1995:183), a perspectiva é a “escolha (ou não) de um ponto de vista restritivo”. A perspectiva é também designada por outros teóricos como *foco narrativo* ou *ponto de vista*. Genette (1995) toma como base a proposta de Todorov (2013) que, por sua vez, teve como base a noção de *visão* de Pouillon<sup>13</sup>, esquematizada através de fórmulas:

- *Narrativa não focalizada, ou focalização zero* (GENETTE, 1995): É o que conhecemos de maneira mais ampla como narrador onisciente; o narrador sabe mais do que todos os personagens. Ex.: *Madame Bovary*, Flaubert.
  - Para Todorov: [O narrador > Personagem (A visão “por trás”)]

Segundo Todorov, esse caso de focalização é o mais comum nas narrativas, no qual o narrador “não se preocupa em nos explicar como adquiriu este conhecimento: vê através dos muros da casa tanto quanto através do crânio do seu herói. Seus personagens não têm segredos para ele.” (TODOROV, 2013:247).
- *Narrativa de focalização interna* (GENETTE, 1995): o foco narrativo do narrador recai sobre o ponto de vista de um personagem da narrativa; o narrador diz apenas o que o personagem focal sabe; o narrador pode se

---

<sup>13</sup> Pouillon propõe três conceitos sobre a compreensão da “visão” na narrativa: a visão “com”, a visão “por detrás” – sendo essas duas primeiras, visões de “dentro” das personagens – e a visão “de fora”. A visão “com”: “se trata de coincidir com o que se quer compreender” (POUILLON, 1970:60 apud ZILBERMAN, 2012:106); a visão “por detrás”: ocorre “quando o autor, separando-se da realidade apresentada, trata de analisá-la.” (ZILBERMAN, 2012:106), e a visão “de fora”: quando o narrador adota uma “conduta materialmente observável”. (POUILLON, 1970:70 apud ZILBERMAN, 2012, 106).

propor a analisar e descrever os pensamentos e sentimentos dos personagens.

Ex.: *Memórias do subsolo*, F. Dostoievski.

➤ Para Todorov: [Narrador = Personagem (A visão “com”)]

Todorov explica que: “Nesse caso, o narrador sabe tanto quanto os personagens; não pode fornecer uma explicação dos acontecimentos antes de os personagens a terem encontrado.” (TODOROV, 2013:247).

Segundo Todorov, a narrativa pode ser na primeira ou terceira pessoa e o narrador pode alterar o foco narrativa entre uma ou mais personagens.

- *Narrativa de focalização externa* (GENETTE, 1995): O narrador sabe menos do que as personagens. “(...) o herói age à nossa frente sem que alguma vez sejamos admitidos ao conhecimento dos seus pensamentos ou sentimentos (...)” (GENETE, 1995:188).

➤ Para Todorov: [Narrador < Personagem (A visão “de fora”)]

“Neste terceiro caso, o narrador sabe menos do que qualquer dos personagens. Pode-nos descrever unicamente o que se vê, ouve, etc., mas não tem acesso a nenhuma consciência” (TODOROV, 2013:248).

Segundo Todorov (Ibid.), esse tipo de narração é muito mais rara do que as outras por ele previamente apontadas e a formalização desse tipo de narrativa é mais conceitual do que prática, visto que, na prática: “tal narrativa seria incompreensível.” (Ibid.).

Ex.: *A chave de vidro*, D. Hammett. Todorov expõe um trecho desta narrativa, na qual o teórico concebe que o narrador é “uma testemunha que não sabe nada e, mesmo mais, não quer saber nada.” (Ibid.).

#### 2.2.2.1 Alterações de focalização

Genette (1995) concebe dois tipos clássicos de alteração de focalização, a *paralipse* e a *paralepse*:

Os dois tipos de alterações concebíveis consistem quer em dar menos informação do que aquela que é, em princípio, necessária, quer em dar mais do que o é, em princípio, autorizado pelo código de focalização que rege o conjunto. (GENETTE, 1995:193)

No fenómeno da *paralipse*, dá-se menos informação ao leitor do que é esperado pela focalização, isso acontece na *focalização onisciente* ou *zero* (quando o narrador não é um participante da narrativa e sabe mais do que os personagens) e, portanto, este narrador deveria contar ao leitor tudo o que sabe, mas não o faz como um artifício da construção narrativa para causar determinados efeitos.

O tipo clássico de paralipse, recordemos, é, no código da focalização interna, a omissão de certa acção (sic) ou pensamento importante do herói focal, que nem o herói nem o narrador podem ignorar, mas que o narrador prefere esconder do leitor. (GENETTE, 1995:194)

Já na *paralepse*, dá-se mais informação ao leitor do que o esperado da focalização, isso ocorre nos modos de focalização interna (o foco narrativo é correspondente a perspectiva de um personagem da narrativa) e no de focalização externa (o narrador desconhece os pensamentos das personagens). No caso da focalização interna, a *paralepse* geralmente ocorre quando:

uma informação incidente sobre os pensamentos de uma personagem que não a personagem focal, ou sobre um espetáculo que ela não pode ver. (GENETTE, 1995:195)

Ou seja, numa narrativa de focalização interna o fenómeno da *paralepse* ocorre quando o narrador dá menos informação do que a necessária para a compreensão de determinado episódio, porque a acção não incidiu sobre o personagem focal ou este não teve acesso a essa informação; já no caso da focalização externa, porque o narrador está acima da diegese e desconhece os pensamentos dos personagens.

### 2.3. A representação da ideologia no enunciado/discurso e na narrativa

Para conceber a ideologia no enunciado/discurso e na narrativa, tendo em vista a importância dessa última, em especial, para a proposta deste trabalho, farei uma exposição de alguns conceitos introduzidos por Bakhtin, Pêcheux e Foucault, na tentativa de estabelecer afinidades e contrapontos entre estes três autores. Primeiramente, irei expor como cada teórico concebe a ideologia no enunciado/discurso; a seguir, como a concepção bakhtiniana de dialogismo pode ser inserida na proposta de “discurso narrativo” de Genette.

Segundo Baronas (2005), foi Guillaume quem propôs a relação basal entre sentido e discurso, de forma que língua/discurso está em uma ordem diferente da oposição língua/fala preconizada por Saussure. Para Guillaume (1964), o discurso é o lugar observável da língua, uma vez que “os efeitos de sentido nada mais são do que o resultado dos valores atribuídos pelo discurso ao significado em língua”. (GUILLAUME, 1964 apud BARONAS, 2005:1). Segundo Baronas (2005), Pêcheux iria, posteriormente, no final dos anos sessenta, retomar a proposta de Guillaume na “teoria do efeito do discurso”.

A partir da década de 80, Pêcheux passou a conceber o discurso na ordem do *acontecimento*, convergindo com o que havia sido proposto por Bakhtin em *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. Em *O discurso: estrutura ou acontecimento?* (1983), Pêcheux reformula a sua tese e afirma que o discurso não pode ser concebido independentemente da realidade sócio-histórica que o sustenta e no qual ele atua:

Não se trata de pretender aqui que todo discurso seria como um aerólito miraculoso, independente das redes de memória e dos trajetos sociais nos quais ele irrompe, mas de sublinhar que, só por sua existência, todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação dessas redes e trajetos: todo discurso é um índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação (...) (PÊCHEUX, 2006:56)

Nessa nova concepção de Pêcheux (2006), na qual ele converge com a tese de Bakhtin no que diz respeito à inserção dos *acontecimentos* cotidianos e sócio históricos no campo da discursividade, podemos perceber que Pêcheux também concorda com Bakhtin sobre a possibilidade de o discurso funcionar como um indicador de mudança social.

Bakhtin em *Marxismo e Filosofia da Linguagem* postula que os signos, que são constituídos culturalmente e aos quais são atribuídos sentidos, nunca permanecem isolados, eles são *refratados*, como um prisma, gerando “ressonâncias verbais” (BAKHTIN, 2006:36). Isso

significa que a palavra é onipresente em qualquer meio de compreensão e interpretação; independentemente do ser que esteja em formação ele será acompanhado por uma “*refração ideológica verbal*” (Ibid.).

Para Bakhtin, a palavra funcionaria, portanto, como um indicador de transformação social, visto que a “*refração ideológica do ser e a refração ideológica verbal* são “concomitantes” (BAKHTIN, 2006:36). Esse caráter dialético da linguagem, apontado por Bakhtin é essencial à sua teoria marxista da linguagem, pois preconiza que a ideologia se estabelece em um campo de intertextualidades e de estabilidades e instabilidades decorrentes de acontecimentos, sejam eles históricos ou cotidianos.

Bakhtin, por sua vez, ao contrário de Pêcheux, ocupou-se invariavelmente do *enunciado concreto*, aquele que gera incontáveis relações com o meio extralinguístico: o contexto social, histórico, cultural e etc., que são exteriores à língua e que, apenas quando atrelados ao enunciado concreto, atribuem-lhe significação:

[enunciado concreto é] como um todo significativo [que] compreende duas partes: (1) a parte percebida ou realizada em palavras e (2) a parte presumida [...] A característica distintiva dos enunciados concretos consiste precisamente no fato de que eles estabelecem uma miríade de conexões com o contexto extraverbal da vida, e, uma vez separados deste contexto, perdem quase toda a sua significação – uma pessoa ignorante do contexto pragmático imediato não compreenderá estes enunciados. (BAKHTIN apud SARGENTINI, 2006)

A concepção de enunciado de Bakhtin corrobora sua tese marxista da linguagem, exposta em *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, na qual ele assevera, entre outros conceitos, o caráter ideológico e social do signo:

cada signo ideológico é não apenas um reflexo, uma sombra da realidade, mas também um fragmento material dessa realidade. (BAKHTIN, 2006:31)

O signo, para Bakhtin, não é, portanto, uma abstração imaterial; ele é realização da realidade e se apresenta de maneira física em sons, corpos, cores e outras materializações, e gera implicações concretas no meio social.

Já para Foucault, o enunciado se relaciona a dois outros conceitos: *função enunciativa* e *discurso*. Foucault afirma que o enunciado não é uma *unidade*, mas uma *função*:

Em seu modo de ser singular (nem inteiramente linguístico, nem exclusivamente material) o enunciado é indispensável para que se possa dizer se há ou não frase, proposição, ato de linguagem (...) ele não é, em si mesmo, uma unidade, mas sim uma função que cruza um domínio de estruturas e unidades possíveis e que faz com que apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço. (FOUCAULT, 2008:97-98)

O conceito de enunciado de Foucault se realiza na próxima proposição, uma vez que, para ele, enunciado e discurso são interdependentes:

Chamaremos de discurso um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva; ele é constituído de um número limitado de enunciados, para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência. (FOUCAULT, 2008:132-133)

Foucault, tal como para Pêcheux e Bakhtin, concebe que o discurso tem incidência de *acontecimento*. Foucault havia proposto em *A ordem do discurso* (1970), um método de três proposições para analisar o discurso em sua *exterioridade*. A segunda das proposições era “restituir ao discurso seu caráter de acontecimento” (FOUCAULT, 2009:51). O filósofo salienta, através dessa conjectura, que:

o campo dos enunciados não seja descrito como uma "tradução" de operações ou de processos que se desenrolam em algum outro lugar (no pensamento dos homens, em sua consciência ou em seu inconsciente, na esfera das constituições transcendentais); mas que seja aceito, em sua modéstia empírica, como local de acontecimentos, de regularidades, de relacionamentos, de modificações determinadas, de transformações sistemáticas; em suma, que seja tratado não como resultado ou vestígio de outra coisa, mas como um domínio prático que é autônomo (apesar de dependente) e que se pode descrever em seu próprio nível (se bem que seja preciso articulá-lo como algo que não seja ele). (FOUCAULT, 2008:138)

Para Foucault (2008), o discurso somente se realiza quando o/um sujeito o profere, submetendo-se, dessa forma, a determinadas condições enunciativas. Foucault (2008) determina a *prática discursiva* como:

Um conjunto de regras anônimas, históricas sempre determinadas no tempo espaço, que definiram em uma dada época, e para uma área social, econômica, geográfica, ou

linguística dada, as condições de exercício da função enunciativa. (FOUCAULT, 2008:133)

Uma vez expostos os conceitos de enunciado/discurso segundo os teóricos em questão, Bakhtin, Pêcheux e Foucault, podemos apontar como e em que instância da linguagem se instaura a ideologia.

Iniciemos por Bakhtin, para quem o signo é essencialmente ideológico:

Tudo que é ideológico possui um *significado* e remete a algo situado fora de si mesmo. Em outros termos, tudo que é ideológico é um *signo*. *Sem signos não existe ideologia*. (BAKHTIN, 2006:29)

Ainda, para Bakhtin, qualquer instrumento de produção ou produto de consumo pode ser transformado em signo ideológico, a foice e o martelo como símbolo comunista, o pão e o vinho transubstanciados em corpo e sangue de Cristo no sacramento da comunhão. O signo tem valor ideológico e está, conseqüentemente, sujeito a ser avaliado de acordo com critérios estabelecidos socialmente:

Todo signo está sujeito aos critérios de avaliação ideológica (isto é: se é verdadeiro, falso, correto, justificado, bom, etc.). O domínio do ideológico coincide com o domínio dos signos: são mutuamente correspondentes. Ali onde o signo se encontra, encontra-se também o ideológico. *Tudo que é ideológico possui um valor semiótico*. (BAKHTIN, 2006:30)

Para Pêcheux (1988), o sentido não está na palavra, proposição ou expressão, estas mudam de sentido conforme quem as emprega. Ou seja, uma palavra adquire sentido em relação à posição do enunciador e à ideologia construídas e sustentadas naquele momento sócio-histórico:

O *sentido* de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc. não existe “em si mesmo” (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico [sic] no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas). (...) *as palavras, expressões, proposições, etc. mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é,*

em relação às *formações ideológicas* (...) nas quais essas posições se inserem. (PÊCHEUX, 1988:160)

Em seu último texto *Discurso: estrutura e acontecimento?* (1983), Pêcheux, que até então sustentava que a ideologia era a base de construção do sentido, segundo Baronas (2005:4), passa a conceber a ideologia como uma “condição de possibilidade”:

(...) todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de sentido para derivar para um outro (a não ser que a proibição da interpretação própria ao logicamente estável se exerça sobre ele explicitamente). Todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série (léxicosintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar a interpretação. É nesse espaço que pretende trabalhar a análise do discurso. (PÊCHEUX, 2006:53)

Foucault, por sua vez, evita falar no termo *ideologia* de maneira independente e delimitada, mas prefere discorrer sobre outros conceitos como *discurso*, *saber* e *poder*, uma vez que, como nos aponta Sargentini (2006:7), segundo Foucault “o sujeito se constitui por práticas – que podem ser de poder ou de saber – ou por técnicas de si”:

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva* –evitando, assim, palavras demasiado carregadas de condições e consequências, inadequadas, aliás, para designar semelhante dispersão, tais como “ciência”, ou “ideologia”, ou “teoria”, ou “domínio de objetividade”. (FOUCAULT, 2008:43)

Em *Arqueologia do saber* (1969), Foucault definiu outro conceito importante para arquitetar a concepção da ideologia representada no discurso: a condição de *saber* e, conseqüentemente, a de *saber-poder*.

Para o filósofo, o *saber* está no domínio das *possibilidades* de conhecimento e dos julgamentos implicados em um discurso. Segundo Foucault, o *saber* é uma positividade, não necessariamente uma cientificidade, visto que nem todo discurso é científico. Segundo Foucault, para analisar uma positividade é necessário mostrar de acordo com que regras “uma prática discursiva pode formar grupos de objetos, conjuntos de enunciações, jogos de conceitos, séries de escolhas teóricas”. (FOUCAULT, 2008:203). Para Foucault, são vários os elementos

de positividade que compõem um *saber* e que podem vir a se firmar com o *status* de discurso científico:

Um saber é aquilo de que podemos falar em uma prática discursiva que se encontra assim especificada: o domínio constituído pelos diferentes objetos que irão adquirir ou não um *status* científico. (FOUCAULT, 2008:204)

O *saber*, segundo Foucault, também é o lugar em que o sujeito pode se colocar na posição de enunciador (por vezes de status científico, médico, político, religioso e etc.) e falar dos objetos que compõem o seu discurso (FOUCAULT, 2008:204) com determinada autoridade decorrente do poder de exercício de sua função ou profissão (Ibid. p. 57).

Vimos que para falarmos em ideologia foi necessário que, primeiramente, fossem expostos alguns conceitos que se relacionam diretamente com a ideologia na linguagem, e nos quais ela se manifesta, segundo a perspectiva dos teóricos em questão, tais como *signo*, *enunciado*, *discurso* e *saber*. A partir da exposição feita, podemos apontar algumas convergências e divergências teóricas entre os três autores.

Em suma, Bakhtin, Pêcheux e Foucault convergem no ponto de que uma abordagem sincrônica e estrutural da língua deve ser superada, e que a noção de *acontecimento* na língua é fundamental para conceber as transformações sócio-históricas na linguagem e no discurso. Entretanto, os autores divergem nas vertentes teóricas em que se fundamentam e na maneira como propõem determinados conceitos.

Bakhtin concebe que a nossa consciência é a encarnação de uma cadeia de signos, na qual colocamos um signo em oposição a outro para atribuímos a ele determinado valor, de forma que a consciência “*só pode surgir e se afirmar como realidade mediante a encarnação material em signos*” (BAKHTIN, 2006:32). De acordo com Bakhtin, esse deslocamento de signo em signo forma uma rede de significados, que é naturalmente semiótica e, essencialmente, ideológica:

A consciência só se torna consciência quando se impregna de conteúdo ideológico (semiótico) e, conseqüentemente, somente no processo de interação social. (BAKHTIN, 2006:32)

Bakhtin aponta que o erro de vertentes filosóficas e psicológicas na concepção da ideologia é tentar encaixá-la no âmbito da *consciência*, sendo que a ideologia é material e social, de relação direta com a realidade: “Seu verdadeiro lugar é o material social particular de signos

criados pelo homem.” (BAKHTIN, 2006:33). Bakhtin afirma que a consciência não é *superestrutura* que abriga a ideologia, mas, justamente, o contrário, ela é resultado social do signo que é ideológico:

A ideologia não pode derivar da consciência, como pretendem o idealismo e o positivismo psicologista. A consciência adquire forma e existência nos signos criados por um grupo organizado no curso de suas relações sociais. (BAKHTIN, 2006:34)

Nesse aspecto Pêcheux e Bakhtin divergem sobre a importância dada à consciência individual como estrutura formadora da ideologia e do discurso.

Bakhtin tem na sua gênese o marxismo e o materialismo dialético (ele concebe a linguagem, essencialmente, como fruto das relações sociais); ele rejeitou que o discurso tivesse caráter “psicologizante” e que a concepção de ideologia se desse no âmbito da consciência individual por considerar que tal abordagem refletiria em um caráter subjetivo e idealista.

Já Pêcheux tem na sua fundamentação teórica a psicanálise, juntamente com a linguística e o materialismo histórico (NARZETTI, 2009:194) e, no primeiro momento de sua produção, concebeu a ideologia como “aquela que interpela o indivíduo em sujeito, concebendo assim, o sujeito coagido ao assujeitamento” (SARGENTINI, 2006).

Outro ponto de divergência é que, em sua proposta de análise discursiva inicial, Pêcheux considerou as questões de produção enunciativas que fazem diferenciar texto de discurso; portanto, sua maior preocupação não era a atribuir ao discurso um caráter social; enquanto que, Bakhtin sempre esteve comprometido com a perspectiva social e ideológica da linguagem.

Foucault, por sua vez, evita empregar o termo *ideologia*, referindo-a por meio do *discurso* estabelecido em uma ordem de enunciados que se apoiam sobre a mesma função discursiva.

Sargentini (2006) esquematiza as ressalvas teóricas entre Bakhtin, Pêcheux e Foucault da seguinte maneira:

- (i) Bakhtin, ao inserir a noção de enunciado concreto, está preocupado com o ingresso das questões socioideológicas na linguagem; (ii) Pêcheux, ao considerar que as condições de produção distinguem o texto do discurso insiste em uma forma de não atribuir apenas como acréscimo as questões de caráter sociologista / sociolingüístico; (iii) Foucault, considerando o

lingüístico como uma articulação entre o poder e o saber, insere o discurso no interior de uma ‘ordem’. (SARGENTINI, 2006)

A necessidade de expor como estes três teóricos selecionados concebem a ideologia atrelada ao enunciado/discurso se justifica, primeiramente, pela notoriedade de seus para a formação da Análise Discursiva moderna, assim como, para que possamos compreender as diferentes concepções da ideologia na linguagem e ponderar sobre a representação da ideologia na narrativa, que para Genette é um “discurso narrativo”. Desta forma, podemos partir para o próximo ponto de reflexão.

Na análise do discurso (AD), quando concebemos o termo *ideologia*, quase que de imediato nos remetemos aos autores supracitados; entretanto, a obra de Bakhtin não era referida na Análise do Discurso até o delimitado terceiro momento da disciplina, que vai de 1980 a 1983, com a morte de Pêcheux. O primeiro contato de Pêcheux com os conceitos trazidos por Bakhtin em *Marxismo e Filosofia da Linguagem* foi de rejeição, por considerá-los “um retorno a um estado pré-teórico” (MALDIDIER, 2003:60 apud NARZETTI, 2009:189); no entanto, como dito previamente, Pêcheux, não sustentaria essa posição.

A partir da década de 80, determinados conceitos bakhtinianos passaram a ser levados em conta na Análise do Discurso, tais como o de *dialogismo* e *polifonia*, que foram apropriados por Authier-Revuz em *Heterogeneidade(s) enunciativa(s)* (1990) e apresentados sob o conceito de *heterogeneidade discursiva*.

Segundo Narzetti (2009), Bakhtin postula que um discurso é formado por discursos anteriores a ele, no qual há a presença de diversas vozes que dialogam; portanto, o caráter discursivo, para Bakhtin, é heterogêneo e não homogêneo; assim, conceber o discurso como homogêneo seria uma simulação. Authier-Revuz fez uma releitura desses conceitos bakhtinianos para tentar resolver a problemática do *interdiscurso* em Pêcheux, a fim de demonstrar, de maneira prática, a heterogeneidade no discurso:

Analisando esse dialogismo constitutivo de todo discurso sob o ponto de vista da teoria do discurso, Authier-Revuz sustenta que as vozes que aí dialogam pertencem a formações discursivas distintas que competem entre si no jogo ideológico. Essa concepção coaduna com a de Courtine (1981) quando este diz que as formações discursivas não são fechadas, mas são *fronteiras que se deslocam*. O interdiscurso é o conjunto dos discursos em relação, provenientes de formações discursivas diversas, que constituem a matéria da qual se constituem os discursos variados. Devido ao fato de todo discurso ser constituído de discursos diversos, eles são heterogêneos. (NARZETTI, 2009:192)

De acordo com Narzetti (2009) o que Bakhtin postula como *polifonia*, após a releitura de Authier-Reveuiz, passa a ser incluso na Análise do Discurso como *heterogeneidade*:

Segundo a noção de polifonia, diferentes vozes se fazem ouvir no discurso. Segundo a noção de heterogeneidade, diferentes posições-sujeitos, inscritas em formações discursivas antagônicas são elementos constitutivos do discurso. (NARZETTI, 2009:192)

André Bellau, fundador do Círculo de Bakhtin em Montreal (1981), foi um teórico que se propôs a analisar as repercussões do conceito bakhtiniano de *dialogismo* sobre a teoria narratológica de Gerald Genette, a qual Bellau (2012) define como:

o estudo e a análise da narração, isto é, do processo codificado que tem lugar onde se relata um conteúdo narrativo determinado, excluindo-se o próprio conteúdo. (BELLAU, 2012)

Segundo Bellau (2012), o caráter da análise narratológica de Genette convergiria com o interesse de Bakhtin em analisar a composição do romance:

Notamos, de passagem, que o próprio Bakhtin se interessa pouco pela substância narrativa e que, além disso, ele teria certamente considerado que a narratologia tem por objeto o que ele chama “forma composicional” do romance, por oposição à sua “forma arquitetônica” ou estética. (BELLAU, 2012)

Segundo Bellau (2012), o que interessa para Bakhtin não são as “marcas” ou “lineamentos” do discurso sem enunciados, o que segundo ele seria o discurso “da narrativa” (Ibid.), mas, justamente, os discursos plenos, os enunciados completos dos personagens e do “autor textual” realizados no romance:

“O objeto principal do gênero romanesco, que o ‘especifica’, que cria sua originalidade estilística”, afirma Bakhtin, “é este homem que fala e sua fala” (...) “o gesto representado do personagem” à fala que representa. (BAKHTIN, 1978:152-153 apud BELLAU, 2012)

Uma vez que, para Bakhtin, “o dialogismo designa expressamente a relação dos diversos discursos que modelam a enunciação romanesca” (BELLAU, 2012), um enunciado precede outros tantos que estão em jogo, de modo que os próprios discursos se tornam objeto do discurso. (Ibid.).

A pluralidade de discurso no romance nos leva a um ponto importantíssimo formulado por Bakhtin em *Questões de literatura e estética – a teoria do romance* (1975), o *plurilinguismo*. Nas palavras de Bakhtin, o conceito de plurilinguismo aplicado no romance é “o discurso de outrem na linguagem de outrem, que serve para refratar a expressão das intenções do autor” (BAKHTIN, 2010:127), o que institui ao discurso um caráter *bivocal*. Segundo Bakhtin, no romance, a palavra serve, simultaneamente, a dois interlocutores e exprime, também simultaneamente, duas intenções distintas: a do personagem que fala e a do autor.

Para Bakhtin, o plurilinguismo traduz, no romance, a heterogeneidade de discursos de uma época e o movimento de tensão que é próprio da linguagem e do discurso, uma vez que este se constitui na interação entre as diferentes vozes de um enunciado; o plurilinguismo está, portanto, em relação direta com o conceito de dialogismo:

Introduzido no romance, o plurilinguismo está sujeito ali a uma elaboração literária. As vozes sociais e históricas que povoam a linguagem [...] se organizam no romance em um harmonioso sistema estilístico, traduzindo a posição sócio-ideológica [sic] diferenciada do autor no seio do plurilinguismo de sua época. (BAKHTIN, 1984 apud BELLAU, 2012)

Segundo Bellau (2012) o *plurilinguismo* funcionaria como uma “correia de transmissão” que liga o discurso no romance à sociedade e à história (BELLAU, 2012):

O romance constituiria, portanto, um tipo de análogo do discurso social, e as diversas configurações das posições discursivas do narrador permitiriam evocar situações reais de autores reais em seus próprios meios linguísticos e ideológicos. Por isso, é justo dizer que a narratologia, tal qual a concebe Bakhtin, toca, ao mesmo tempo, realidade histórica externa do mundo social e o sistema linguístico fundamental. (BELLAU, 2012)

A colocação de Bellau (2012) sobre o *plurilinguismo* de Bakhtin é muito significativa e serve perfeitamente à análise proposta neste trabalho, a de que o romance funcionaria como a representação de um discurso social, de forma que o estudo da narratologia implícita, em

Bakhtin, concerne à perspectiva de uma realidade externa, social, e também à composição interna do romance.

Segundo Bellau (2012), o romancista pode ou não, no âmbito ficcional, representar e romper com uma ideologia dominante a fim de causar determinados efeitos, e isso é o que diferencia o bom romancista do romancista medíocre:

O romancista medíocre não representará, talvez, no mundo fictício de seu romance, a linguagem social dominante, se servindo, para este fim, da função narrativa. Mas, o bom romancista, ao contrário, romperá e abrirá os temas ideológicos dominantes que a sociedade tende sempre a congelar e fechar. (...)

No romance, para assegurar que o fluxo dos discursos não desapareça e que as personagens continuem falando, as questões que o mundo exterior impõe são suavizadas e seus contornos ideológicos tornam-se menos precisos. Elas se transformam em questões abertas que não devem jamais ser resolvidas a fim de se prestar à multiplicidade e à diversidade dos discursos. (BELLAU, 2012)

A importância do “fluxo dos discursos” a que se refere Bellau (2012) é importante de ser enfatizado, visto que o bom romancista, como acredito ser o caso de Melville, não se encerra em um discurso ideológico a fim de concluir uma problemática, “o objeto do romancista não consiste em concluir debates”. (BELLAU, 2012). Através de um trabalho que incide em “combinar e ajustar discursos para construir um discurso estético” (Ibid.), segundo Bellau (2012), o romancista tem, no campo do romance, determinado controle sobre o discurso que o permite, de certa maneira, atuar sobre a linguagem de uma sociedade, a fim de construir uma representação estética do meio social e dos discursos nela organizados, podendo, até mesmo, subvertê-los, indo contra uma hegemonia discursiva.

## 2.4. Contextos sócio-históricos

Neste trabalho defendo a possibilidade de que a obra de Herman Melville, *Benito Cereno*, tem referência a dois momentos históricos: um no qual a narrativa transcorre, o período colonial das américas comandadas por Espanha e Portugal no ano de 1799, e outro que se baseia na possível interpretação que Melville poderia ter criado, no texto literário, inferências ao período em que ele escreveu a obra, em 1855, época em que os Estados Unidos passavam pela Guerra de Secessão. Irei contextualizar, brevemente, esses dois momentos históricos para que, mais à frente, a análise possa ser feita com maior clareza.

### 2.4.1. O colonialismo nas Américas

Para falarmos no colonialismo nas américas portuguesa e espanhola temos que retroceder ao movimento de expansão marítima europeia no século XV e contextualizar as políticas que permitiram que a colonização ocorresse do modo que de fato se sucedeu.

O movimento de expansão marítima europeia foi impulsionado por demandas econômicas mercantis e viabilizado por forças políticas, marcando a “europeização do mundo”. (VICENTINO e DORIGO, 2005:142). Entre os estados modernos, o ideal expansionista aliado a uma política mercantilista foram as bases econômicas de impérios absolutistas como a Espanha e Portugal.

Segundo Vicentino e Dorigo (2005), as expedições marítimas foram lideradas por Portugal já no início do século XV com a participação de D. Henrique, o navegador, que reuniu cartógrafos, navegadores, mercadores e afins em sua residência em Sagres. Tal pioneirismo garantiu a Portugal a superação do comércio continental europeu no século XV através do desbravamento do Atlântico (em 1488 Bartolomeu Dias chegou ao Cabo da Boa Esperança) e a chegada as Índias (em 1498, Vasco da Gama alcançou as Índias). A expedição de Pedro Alvares Cabral que chegou ao atual território brasileiro em 1500 seria outra consequência dessa política expansionista.

A Espanha, por sua vez, foi a segunda monarquia europeia a realizar expedições marítimas. Em 1492, Cristóvão Colombo liderou a primeira viagem espanhola, que chegou ao atual território das Bahamas, na América Central. No século XV, Espanha e Portugal detinham o monopólio das expedições marítimas; entretanto, segundo Vicentino e Dorigo (2005), tal privilégio, aliado a política mercantilista adotada por esses impérios não resultaria, futuramente, em estabilidade ou desenvolvimento econômico:

é irônico observar que a base manufatureira da França e principalmente da Inglaterra seria fundamental para a futura expansão capitalista desses dois países. Por outro lado, Espanha e Portugal, com vastas colônias de onde extraíam grande volume de metais preciosos, estagnaram economicamente. (VICENTINO e DORIGO, 2005:152)

Segundo Vicentino e Dorigo (2005:150), várias medidas foram adotadas pelos estados absolutistas para se fortalecerem, entre elas práticas econômicas conhecidas como o *mercantilismo*, ainda que elas não constituíssem uma teoria econômica de fato ou fossem adotadas de maneira homogênea na Europa. Entre os princípios mercantilistas estavam o *ideal metalista* (a riqueza de um Estado dependia da quantidade de metais preciosos que ele possuía), a *balança comercial favorável* (a riqueza de uma nação está diretamente associada à sua capacidade de exportar mais do que importar) e o *protecionismo* (barreiras tarifárias eram aplicadas aos produtos estrangeiros a fim de desestimular a importação). A colonização foi o principal recurso dos estados europeus para atingirem esses objetivos mercantilistas. (VICENTINO e DORIGO, 2005:151)

A colonização dos impérios ultramarinos portugueses e espanhóis se deram de maneira violenta e exploratória. Atualmente concebemos a conquista da América como um dos maiores genocídios na história da humanidade (BRAICK e MOTA, 2006:179). A população nativa do México, por exemplo, em um século de colonização, foi reduzida a um décimo do original, a do Caribe foi exterminada, além da destruição de legados culturais seculares dos povos nativos.

No América Espanhola, o trabalho indígena foi a mão-de-obra principal de produção e o trabalho africano foi expressivo somente nas Antilhas na região de produção de cana de açúcar, onde a população indígena já havia sido praticamente extinta (BRAICK e MOTA 2006:186). Já na América Portuguesa, uma vez que a escravidão indígena foi gradualmente substituída pela africana, através do tráfico negreiro, a escravidão negra foi uma das bases do colonialismo e introduzida na sociedade colonial em toda a sua estrutura.

A chamada "escravidão moderna, ou escravidão negra" começou com o tráfico africano no século XV, por iniciativa dos portugueses (em 1444, estes começam a adquirir escravos negros no Sudão), com a exploração da costa da África e a colonização das Américas. Os demais impérios coloniais rapidamente aderiram à prática da compra e venda de seres humanos, no célebre "comércio triangular" entre a África (captura de escravos) a América (venda e troca por matéria prima) e a Europa (para a venda das riquezas obtidas e a retomada do empreendimento, em futuras viagens). (GOMES, 2001)

Segundo Braick e Mota (2006:225), o tráfico negreiro se consolidou como uma atividade altamente rentável e, no caso de Portugal, uma das principais fontes de acumulação de capitais para a metrópole, uma vez que os escravos podiam ser trocados por moedas ou diversos outros produtos como tabaco, açúcar, armas e etc. Além do fim capitalista imediato do tráfico, nas colônias portuguesas, o trabalho escravo africano foi amplamente explorado na economia colonial em várias atividades: nas lavouras, no extrativismo, que, no norte do Brasil, estendeu-se até o fim do período colonial, na criação de gado, no cultivo de tabaco, algodão, na mineração e, principalmente, no ciclo de produção açucareira.

Lopes (2001:38) afirma que, segundo a tese Décio Freitas, “a escravidão não foi causa do tráfico e, sim, consequência das necessidades do mesmo”:

Conforme Décio Freitas, a introdução do escravo africano no Brasil pode ser entendida dentro do mecanismo triangular de comércio em que repousava o sistema açucareiro e que determinou que o latifundiário no Brasil não chegasse, mesmo em seus tempos áureos, a auferir lucros significativos de modo a lhe permitir um nível de vida acima do razoável. (...) Décio Freitas mostra, em última análise, que a não utilização da escravidão indígena, mesmo que tenha resultado de diversos fatores, foi interesse primordial do comerciante que veio ao Brasil adquirir artigos tropicais (açúcar, e mais tarde, algodão): para não se sujeitar à sangria dos custos, ofereceu o braço negro, adquirido barato na África, e forçou a sua aceitação. (LOPES, 2001: 36-38)

O historiador e jornalista Décio Freitas (apud Lopes, 2001) acredita que a substituição da escravidão indígena pela do negro foi consequência da acumulação primitiva de capital resultante do tráfico. Podemos conceber que essa asserção, ainda que, de certa forma, revolucionária (LOPES, 2001:37), está como de acordo com a conclusão de Braick e Mota (2006) que o tráfico negreiro foi uma atividade altamente rentável e de fins, essencialmente, capitalistas.

Apesar da prática escravagista ser mais expressiva na colônia portuguesa, o tráfico de escravos não era nenhuma novidade na política colonial espanhola e de outros impérios, entretanto, no século XVIII, o tráfico negreiro teve o seu apogeu:

A Espanha vinha trazendo africanos escravizados para as Américas desde o início de 1500. (...) Mas a partir do início da década de 1770, o comércio de escravos passou

por uma transformação impressionante. A coroa espanhola começou a liberar a sua economia colonial e as comportas se abriram. (GRANDIN, 2015:7; minha tradução)<sup>14</sup>

A transformação a qual Grandin (2015) se refere foi a abertura do comércio mercantil dos produtos tropicais para a Europa. Segundo Gomes (2001), o apogeu do tráfico negreiro se deu no século XVIII, entre 1781 e 1790, época em que ingleses, franceses, portugueses e espanhóis, entre outros impérios, escravizaram mais de 80.000 africanos por ano, época, também, na qual, paradoxalmente, surgiram os primeiros abolicionistas. Grandin (2015) apresenta dados semelhantes aos de Gomes (2001) e conclui que a “(...) a Era da Liberdade”<sup>15</sup> foi também a Era da Escravidão.” (GRANDIN, 2015:8)<sup>16</sup>.

#### 2.4.2. A Guerra de Secessão

Os estados do Norte e do Sul dos Estados Unidos tinham grandes diferenças em relação à organização econômica e social, assim como os interesses das elites de cada região. Segundo Braick e Mota (2006) os principais antagonismos se davam sobre os seguintes pontos: tarifa sobre importações, acesso às terras, melhoramentos internos e posicionamento sobre a escravidão. A escravidão, portanto, não era o único, nem o principal, ponto de divergência entre os estados do Norte e do Sul.

As tensões entre os interesses do Norte e do Sul se intensificaram quando, em 1860, Abraham Lincoln foi eleito o presidente dos Estados Unidos, representando os interesses do Norte. Era sabido que Lincoln pretendia abolir a escravidão. Ao ver os seus interesses em risco, os estados do Sul se seccionaram da União, constituindo uma confederação: a Confederação dos Estados da América.

A fim de restituir a União, os Estados Unidos entraram em uma guerra civil, a Guerra de Secessão. Após quatro anos de conflitos, a população americana e grande parte da

---

<sup>14</sup> No original: “(...) Spain had been bringing enslaved Africans to the Americans since the early 1500s. (...) But starting around the 1770s, the slave trade underwent a stunning transformation. The Spanish Crown began to liberalize its colonial economy and the floodgates opened.” (GRANDIN, 2015:7).

<sup>15</sup> No original “The age of Liberty” was also the Age of Slavery” (GRANDIN, 2015:8). Grandin também nomeia a “Era da Liberdade” como a “Era da Revolução” (“the Age of Revolution”), possivelmente o autor se refere a era dos movimentos anticoloniais e separatistas da América, visto que, logo após a essa referência, Grandin cita o caso de independência do Haiti.

<sup>16</sup> No original: “(...) the Age of Liberty was also the Age of Slavery” (GRANDIN, 2015:8).

infraestrutura do país estavam comprometidas, a economia dos estados do Sul, especialmente, entrou em colapso. Em 1865, as tropas do Sul acabaram por se render à União. Em 14 de abril de 1865 o então presidente Abraham Lincoln foi assassinado por um escravista descontente com o resultado da política norte-americana.

Um dos resultados da guerra civil foi a grande perda da população jovem-adulta do sexo masculino, que somou aproximadamente 610 mil mortos. Todavia, apesar desse legado sangrento, segundo Braick e Mota (2006), grande parte dos historiadores considera que a Guerra de Secessão foi crucial para o desenvolvimento econômico dos Estados Unidos:

Além disso, [a guerra] acabou por reforçar certos valores norte-americanos, tais como a liberdade individual, a autorrealização, a igualdade de oportunidade, a competitividade, a riqueza material e a valorização do trabalho. (BRAICK e MOTA, 2006:249; nota minha)

Segundo Biel (1997 apud BRAICK e MOTA, 2006:249), através da guerra, a demanda por alimentos aumentou e com isso novas práticas de trabalho tiveram que ser desenvolvidas, como máquinas e tecnologias nas fazendas, estimulando a revolução tecnológica e, até mesmo a inserção da mulher no mercado de trabalho. Além disso, segundo Braick e Mota (2006), a guerra civil americana consolidou a ordem liberal burguesa, a abolição da escravidão (através da promulgação da 13ª emenda da Constituição em 18 de dezembro de 1865) e a lenta e gradual aquisição de direitos de cidadania, como o direito ao voto a todos do sexo masculino, sem distinções de raça, cor ou condição social, através da 15ª emenda de 1870.

### 3 ANÁLISE DO NARRADOR E DO FOCO NARRATIVO

O narrador em *Benito Cereno*, de Herman Melville, é um narrador *extradieético/heterodieético*, por *extradieético* entendemos que o narrador está acima da narrativa e os acontecimentos são narrados do seu exterior; por *heterodieético*, que o narrador conta uma história da qual não participa, o narrador é ausente como personagem. Tal classificação se baseia na teoria narrativa genettiana; se fosse na teoria de Stanzel, classificaríamos a narrativa como uma narrativa em terceira pessoa, na qual é assumido “o ponto de vista duma personagem” (GENETTE, 1995:185), porém, esse tipo de classificação, baseada na pessoa gramatical que marca o discurso, é evitada por Genette.

Em relação ao foco narrativo, de acordo com a teoria genettiana, a narrativa analisada poderia ser classificada, em sua maior parte, com uma *narrativa de focalização interna*, ou na fórmula de Todorov [narrador=personagem], “a visão “com” segundo Puillon; visto que, o foco narrativo, em sua maior extensão, recai ou sob o ponto de vista de Capitão Amasa Delano ou sob Dom Benito, sendo que esse o foco sobre esse segundo personagem só se dá em momentos pontuais, como irei, mais à frente, apontar.

Na maior parte da narrativa, o narrador expõe as impressões e considerações sobre os fatos ocorridos, caracterizando o ambiente, o clima, os demais personagens e as suas respectivas ações e maneiras de acordo com o julgamento do Capitão Delano e a perspectiva única desse personagem sobre os mesmos. Tal como afirma Grandin (2015:5), muitas dessas considerações se passam na mente do americano e que, por sua vez, são transmitidas pelo narrador:

A maior parte de *Benito Cereno* acontece na mente ficcional de Delano. Página após página é dedicada aos seus devaneios, e os leitores experenciam o dia a bordo do navio – que foi cheio de rituais estranhos, comentários ocultos, símbolos peculiares – na medida que ele os experencia. (GRANDIN, 2015:9; minha tradução)<sup>17</sup>

Logo nas primeiras páginas do livro, o narrador força o leitor a ficar colado à perspectiva do Capitão Amasa Delano e a aceitar o único ponto de vista disponível da narrativa. Na passagem que se segue, o narrador frisa a moralidade e o caráter benevolente e justo do

---

<sup>17</sup> No original: “Most of *Benito Cereno* takes place in the fictional Delano’s mind. Page after page is devoted to his reveries, and readers experience the day on board the ship – which was filled with odd rituals, cryptic comments, peculiar symbols – as he experiences it.” (GRANDIN, 2015:5).

capitão americano; não obstante, temos que, não só aceitar a visão desse personagem, mas a conceber como verdade (ainda que a leitura seja feita com um olhar crítica, o leitor, para se inserir na narrativa, tem que, inicialmente, aceitar o que lhe é dito) para que seja dada continuidade na narração. Podemos observar que o narrador apresenta, de maneira incisiva, o caráter do Capitão Delano, já logo no início da narrativa:

Considerando a clandestinidade e solidão do lugar, e o tipo de histórias associadas àqueles mares, a surpresa do Capitão Delano deveria ter aumentado até a inquietação, não fosse ele uma pessoa de natureza singularmente confiante, incapaz, exceto sob extraordinários e repetidos incentivos, e ainda assim dificilmente, de ser levado por alarmes pessoais que de algum modo envolvessem a imputação de maldade aos homens. (MELVILLE, 1992:8)

O narrador quer prevenir o leitor de que o Capitão Delano seria incapaz, exceto sob condições excepcionais e dados “repetitivos incentivos”, de atribuir maldade aos homens. O narrador, possivelmente, quer nos antecipar que, caso as conclusões do Capitão Delano se mostrem censoras de determinado comportamento ou ato, são porque esses eram, de fato, condenáveis, uma vez que o capitão não é o tipo de indivíduo que é influenciado pelas suas próprias impressões a atribuir maldade a alguém. É por isso que, segundo o narrador, o Capitão navega em paz, ainda que o ambiente não seja convidativo. O Capitão Delano é confiante não somente por acreditar no seu bom julgamento e na sua boa índole, mas por confiar que todos também tenham esses atributos.

Podemos considerar, através dessa afirmativa, que o narrador quer atestar que o ponto de vista adotado na narrativa é confiável, visto que, pelos motivos anteriormente apresentados, o personagem se trata de um homem justo.

Assim que o Capitão Delano sobe a bordo do navio espanhol *San Dominick*, ele se surpreende de forma negativa, pois a situação que ele presencia é diferente da que geralmente deve ser estabelecida em um navio. Devido ao sofrimento resultante da escassez de água e a fome, o Capitão Delano tem a impressão de que os negros parecem ter a sua docilidade diminuída e os espanhóis a sua autoridade enfraquecida. (MELVILLE, 1992:16).

Em seguida, as observações do Capitão Delano recaem sobre o espanhol Benito Cereno, cuja “mente parecia enfraquecida, se não mais seriamente afetada” (MELVILLE, 1992:17). Dom Benito é caracterizado como um “abade hipocondríaco” (Ibid.), debilitado, de humor inconstante, aparentando sofrer de um mal nervoso aliado a uma doença pulmonar recentemente confirmada, condições que faziam a sua figura se assemelhar a um “esqueleto”

(Ibid.). Segundo o americano, portanto, não era de se admirar que, nesse estado cambaleante, um “criado particular apreensivamente o seguisse” (Ibid.):

Às vezes o negro dava o braço a seu senhor, ou tirava o lenço do bolso e o oferecia, executando esses e outros gestos com o zelo afetuoso que transforma em filiais e fraternais atos que na verdade são servis, e que renderam ao negro a fama de criado mais carinhoso do mundo, e ao mesmo tempo a de um criado que o seu mestre não precisa tratar como a um inferior, mas com confiança familiar; era menos um servo que um dedicado companheiro. (MELVILLE, 1992:17)

Tal passagem apresenta um forte teor ideológico e importante de ser destacado na análise aqui proposta. A perspectiva do Capitão Delano, apoiada na dimensão racial vigente de sua época, cultuava o mito de que o escravo negro é dócil, prestativo e carinhoso, um criado que deseja agradar o seu senhor e por ele zelar com gosto; o senhor, por sua vez, pode ter o negro como um fiel companheiro, não como um servo inferior. É inconcebível para o Capitão Delano que a situação aparente pudesse ocultar relação entre escravo e senhor adversa a esta.

Reparando, ainda, na aparente inquietação e indocilidade e dos escravos negros, em oposição à quietude dos brancos, que se apresentavam calados e casmurros, o Capitão Delano conclui que a conduta do escravo Babo era invariavelmente boa, destoando do quadro presenciado em que a ordem parecia invertida. Babo era o único cujo comportamento era o “esperado” e “condizente” com a sua posição, o que o causa uma imediata empatia no Capitão Delano.

Em pouco tempo, o americano passa a sentir a “indiferença hostil” (MELVILLE, 1992:18) com a qual é trado pelo Capitão Espanhol, e atribui, primeiramente, tal comportamento a um reflexo de sua doença. O Capitão Delano percebe, entretanto, que todos, exceto o criado Babo, são alheios ao espanhol e por ele tratados com reserva, conduta que o fizeram negligenciar todas as funções de um comandante em seu encargo. Contudo, as considerações do Capitão Delano logo se modificam, e o americano passa a suspeitar das flutuações de humor do espanhol e de suas mudanças de comportamento como o resultado consciente de uma trama mal-intencionada:

As singulares alternâncias de cortesia e maus-tratos da parte do capitão espanhol eram inexplicáveis, exceto se baseadas em uma de suas suposições – loucura inocente ou impostura maléfica. (MELVILLE, 1992:37)

Ainda que o Capitão Delano passe grande parte da narrativa tentando compreender as bruscas mudanças de comportamento do espanhol, o americano, por sua vez, também, oscila entre confiança e desconfiança, estados decorrentes da situação em que se encontra a sua relação com Dom Benito. As desconfianças sobre as reais intenções de Dom Benito fazem o capitão Delano questionar o espanhol sobre o ocorrido com o navio aparentemente negligenciado e a tripulação praticamente extinta.

Ainda que as respostas do espanhol sejam conclusivas, as reações incomuns de Dom Benito e o clima geral de desconforto presente no navio fazem a desconfiança do Capitão Delano crescer. Após a reação de suspeita, entretanto, logo se segue a culpa do Capitão Delano por imaginar planos tão maléficos vindos de alguém que há pouco tempo lhe foi tão cortês e afável. Esses jogos de contradições colocam, também, o leitor em dúvida sobre as verdadeiras intenções de Dom Benito e a verdade dos fatos.

Aliado ao comportamento por vezes, hostil e indiferente de Dom Benito, determinados episódios em que o capitão espanhol se eximiu de exercer a sua autoridade, como no caso em que um menino negro atacou com uma faca a cabeça de outro menino branco, agravam o desconforto do Capitão Delano. Na passagem que se segue, o Capitão Delano suspeita que Dom Benito estivesse fingindo sua doença e, mancomunado com os escravos, planejasse assassiná-lo e tomar o seu navio de assalto:

(...) não seria absurdo pensar que um navio em desgraça – um navio que pela doença perdera quase toda a tripulação – um navio cujos ocupantes estavam morrendo de sede – não seria mil vezes absurdo que tal tripulação estivesse, no momento, tramando alguma pirataria, ou que seu comandante, tanto para si próprio como para seus subordinados, acalentasse qualquer desejo que não o rápido desafogo e descanso? Mas não poderia essa desgraça em geral, e a sede em particular, ser fingimento? E não poderia essa mesma diminuta tripulação espanhola, à qual se alegava a perda até o último marujo, estar naquele exato momento abrigada no porão? (...) (MELVILLE, 1992:44-45)

O destaque dado a essa passagem se justifica na forma com que o narrador parece conseguir adentrar no interior dos pensamentos do Capitão Americano e os transmitir ao leitor para que esse, por sua vez, possa acompanhar as divagações do Capitão Delano, partilhando das mesmas dúvidas, olhando sobre o mesmo olhar a situação referida. É evidente que a focalização adotada neste momento narrativa recai sob o Capitão Delano, confirmando o que Todorov propõe em sua fórmula [narrador=personagem] que o narrador “não pode fornecer

uma explicação dos acontecimentos antes de os personagens a terem encontrado”. (TODOROV, 2013:247). Atrelados à perspectiva do Capitão Delano, nós, leitores, também nos encontramos “no mesmo barco” que o personagem.

O Capitão Delano, na tentativa de encontrar “a verdade dos fatos”, para que ele não se deixe levar pelas suas próprias impressões e opiniões, rememora as atitudes de Dom Benito. Contudo, ainda que o americano tente evitar um julgamento pessoal, ele não consegue ignorar o comportamento incomum de Dom Benito. Afinal, por que o espanhol o tratava, por vezes, com tanta indiferença e descortesia, se tudo o que ele fez foi ajudá-lo? O que, afinal afligia Dom Benito? O que ele tentava esconder? Quais seriam as suas intenções?

Ele se lembrou das maneiras do espanhol enquanto contava sua história. Ao redor dela havia uma sombria hesitação e uma espécie de subterfúgio. Eram as mesmas maneiras de alguém que inventava uma história com más intenções. Mas se não era verdadeira, então qual era a verdade? (MELVILLE, 1992:44-45)

A concepção de que há uma verdade única reforça a ideia de que existe um posição “certa” e outra “errada” e, eventualmente, pelo leitor estar familiarizado apenas com a visão do Capitão Delano, é possível que ele possa favorecer a concepção do Capitão Delano de “verdade”.

Ainda que houvesse uma “verdade”, o leitor, lendo a narrativa pela primeira vez, também não sabe qual é. A verdade se revelada pelo Capitão Delano, não seria a mesma para Dom Benito e, certamente, não seria a mesma para Babo, pois, como afirma Foucault, “se o discurso existe, o que pode ser, então, em sua legitimidade, senão uma discreta leitura?” (FOUCAULT, 2009:48).

É importante salientarmos, nesse ponto da narrativa, a busca pelo “discurso verdadeiro”. Quem poderia proferir tal discurso? E em que condições de enunciação? Foucault (2008) discute, entre outras questões, acerca do *discurso verdadeiro* e o *discurso falso* e a formulação das *modalidades enunciativas*. Tomando como exemplo o discurso clínico e o status médico, Foucault, em *Arqueologia do Saber*, pontua três questionamentos. A primeira questão que o filósofo problematiza é *quem fala?*:

quem fala? Quem, no conjunto de todos os sujeitos falantes, tem boas razões para ter esta espécie de linguagem? Quem é seu titular? Quem recebe dela sua singularidade, seus encantos, e de quem, em troca, recebe, se não sua garantia, pelo menos a presunção de que é verdadeira? (FOUCAULT, 2008:56)

A segunda questão se refere ao *lugar* institucional onde o falante obtém o seu discurso e onde esse discurso se legitima. A terceira questão concerne à *posição* que o sujeito ocupa referente ao objeto: posição de questionamento, escuta, observação e etc.

Considero importante que essas questões sejam aqui expostas, pois, ao longo deste trabalho, tento demonstrar que a narrativa que temos disponível tem como base, em momentos diferentes, ora o ponto de vista do Capitão, Delano, ora o de Dom Benito, nunca o do criado Babo. Melville tomou como base para produzir a obra em questão um relato feito pelo Capitão Delano e o depoimento de Dom Benito tomado em juízo. Esses dois relatos se dão sobre determinadas condições enunciativas: quem fala, o lugar de onde o sujeito fala e a posição do falante frente ao objeto são legitimadas. Babo, por sua vez, não teve espaço ou condições para nesta, ou em qualquer outra narrativa, ter o seu discurso legitimado.

Ao transcorrer do dia, as contrariedades no navio *San Dominick* se agravam. Em momento seguinte, dois escravos e um marinheiro branco entram em um desentendimento que acaba por resultar em violência física por parte dos escravos. O Capitão Delano fica abismado com a falta de reação do espanhol que, em sua indiferença, acaba por ignorar a situação. O Capitão Delano o confronta: “Dom Benito” disse com rapidez, o Capitão Delano, “Não vê o que está acontecendo? Olhe!” (MELVILLE, 1992:48). A resposta de Dom Benito é um ataque de tosse que o faz cambalear e quase cair, mas amparado pelo “servo” (Ibid.), que com uma mão o segura e com a outra lhe oferece um copo de conhaque, ele se reestabelece:

Dom Benito recobrado, o negro deixou de ampará-lo, saindo um pouco de lado, mas permanecendo devidamente à distância de um sussurro. Essa discrição evidente quase varreu aos olhos do visitante, qualquer defeito de impropriedade que fosse atribuído ao criado, como ocorrera durante as indecorosas conversações acima mencionadas; mostrou, também, que se o criado tivesse culpa, ela seria devida mais às falhas de seu senhor que das suas, já que deixado a si mesmo ele poderia se comportar tão bem. (MELVILLE, 1992:48)

Essa passagem ilustra a incerteza do Capitão Amasa Delano que, por vezes, considera que o escravo Babo é demasiado prestativo por não permitir que o seu senhor fique por um só momento desacompanhado; contudo, ao perceber a fragilidade de Dom Benito e a necessidade de ele ser constantemente amparado, como no momento acima descrito, ele conclui que se qualquer defeito pudesse ser imputado ao criado esse se devia às falhas do seu senhor, que

negligenciava o seu papel como superior e autoridade, ao passo que Babo se comportava invariavelmente bem.

Outro motivo de incompreensão para o Capitão Delano é por que o espanhol o advertiu a não iniciar nenhuma conversa com os marinheiros, caracterizando-os como desonestos e velhacos, ao passo que, em relação aos negros, não fez nenhuma observação negativa:

(...) Dom Benito, com antecedência, atribuíra tanta falta de caráter aos marinheiros, ao passo que elogiava os negros, embora, na verdade, os primeiros parecessem tão dóceis quanto os últimos não? Os brancos, também, por natureza, eram a raça mais arguta. Um homem com alguma intenção maldosa por acaso não falaria bem da estupidez que fosse cega à sua perversidade, e ao mesmo tempo não denegriria aquela inteligência da qual não podia ocultá-la? Não era improvável, talvez. Mas se os brancos tinham segredos relacionados a Dom Benito, poderia então Dom Benito de algum modo ter cumplicidade com os negros? Mas eram muito estúpidos. Além disso, quem já ouvira falar de um branco renegado a ponto de abandonar sua própria espécie, ligando-se aos negros contra ela? (MELVILLE, 1992:57)

Na verdade, a intenção de Dom Benito era que o Capitão Delano não se aproximasse dos marinheiros espanhóis de modo a comprometer a farsa sustentada no navio e que, se desmascarada, colocaria todos em risco, tendo em vista as ameaças de Babo de matar todos os brancos se qualquer indireta fosse levantada por eles.

O trecho acima recortado é de grande importância para a análise aqui proposta, pois nele é possível ilustrar a hipótese levantada de que o narrador de *Benito Cereno* não é confiável. Como propõe Wayne Booth (1983), um dos critérios que caracterizam o narrador não-confiável é a divergência entre a opinião do autor implícito daquela expressa pelo narrador.

Na passagem apontada, esse critério é evidente, visto que não é de acordo com o autor implícito que os negros são seres “inferiores” ou “estúpidos”, esse seria um discurso da ideologia dominante da época colonial e expresso na visão limitada do Capitão Delano sobre os fatos por ele observados. Há grande violência e descabimento na maneira com que essas afirmativas são proferidas pelo Capitão Delano e que parecem funcionar, na narrativa com um objetivo caricatural e irônico.

Na narrativa, o discurso de superioridade racial é usado para causar determinados efeitos de contraste, distanciando aquilo que é narrado dos eventos transcorridos em si, fazendo com que o próprio discurso expressado se torne falso e contraditório, tendo em vista as incongruências entre esses dois pontos. Isso pode ser afirmado, pois os negros na narrativa não são inferiorizados, pelo contrário, o papel desempenhado pelos escravos negros, em especial

pelo líder intelectual do motim, Babo, é de poder, inteligência e capacidade de manipulação, tanto que o plano dos amotinados, se não fosse revelado por Benito Cereno em um ato de desespero ao final da narrativa, não teria sido descoberto pelo Capitão Delano, tão bem os papéis do negro submisso e fiel foram desempenhados.

Wayne Booth (1983) discute, entre outros pontos, os critérios que confeririam ao narrador a propriedade da confiabilidade. Como já apontado, para Booth (1983), um narrador não confiável é aquele que diverge das normas estabelecidas pelo autor implícito. Booth (1983) acredita que a não-confiabilidade não é uma questão sobre narrador mentir ou enganar, mas é mais uma questão de o narrador ser ou não consciente sobre os fatos por ele narrados, assim como ter consciência sobre si próprio:

(...) É verdade que a maioria dos grandes narradores confiáveis se permitem grandes quantidades de ironia incidental, e eles são, portanto, “não-confiáveis” no sentido de que são potencialmente enganosos. Mas a ironia difícil não é suficiente para fazer de um narrador não-confiável. Tampouco a não-confiabilidade é meramente uma questão de mentir, apesar de narradores deliberadamente enganosos serem recursos de alguns romancistas modernos (...). É mais comumente uma questão daquilo que [Henry] James chama de *inconsciência*; o narrador está enganado, ou ele acha que tem qualidades que o autor nega a ele. Ou, como em *Huckleberry Finn*, o narrador afirma ser perverso, enquanto o autor silenciosamente elogia as suas virtudes por suas costas. (BOOTH, 1983:158-159; minha tradução)<sup>18</sup>

Segundo Booth (1983), um dos recursos comumente usados pelo narrador não-confiável é o da ironia, ainda que haja narradores que usem a ironia e sejam confiáveis. A ironia, na narrativa, para este teórico, trata-se, ao mesmo tempo, de um ponto de inclusão e de exclusão. Quando se tem a informação necessária para compreender a ironia, o leitor torna-se incluído, quando não, excluído. Para Booth (1983), há no mecanismo da ironia uma relação de cumplicidade entre autor e leitor. O autor deseja que determinadas normas por ele estabelecidas sejam seguidas, o narrador, por sua vez, vai contra essas normas afirmando algo que é o

---

<sup>18</sup> No original: “(...) It is true that most of the great reliable narrators indulge in large amounts of incidental irony, and they are thus “unreliable” in the sense of being potentially deceptive. But difficult irony is not sufficient to make a narrator unreliable. Nor is unreliability ordinarily a matter of lying, although deliberately deceptive narrators have been resource of some modern novelists (...) It is most often a matter of what James calls *inconscience*; the narrator is mistaken, or he believes himself to have qualities which the author denies him. Or, as in *Huckleberry Finn*, the narrator claims to be naturally wicked, while the author silently praises his virtues behind his back.” (BOOTH, 1983:158-159).

contrário daquilo que o autor defende, tornando-se ele o próprio alvo da ironia, enquanto autor e leitor concordam sobre o mesmo ponto:

Sempre que um autor convence o seu leitor sobre um ponto não-dito, ele cria um senso de conivência contra todos aqueles, seja dentro da história ou fora dela, que não compreendem aquele ponto. Assim, ironia é sempre em parte um dispositivo de exclusão assim como de inclusão, e todos aqueles que estão incluídos, aqueles que têm a informação necessária para compreender a ironia, não podem deixar de atribuir ao menos uma parte do seu prazer ao fato de que outros estão excluídos. Na ironia com a qual nós estamos ocupados, o falante é, ele próprio, o alvo da ironia. O autor e o leitor estão secretamente em conluio, por trás das costas do falante, concordando sobre o padrão do qual ele não tem conhecimento. (BOOTH, 1983:304; minha tradução)<sup>19</sup>

Tal mecanismo presente na ironia se dá em *Benito Cereno*, pois o narrador está atrelado ao ponto de vista do Capitão Amasa Delano e faz considerações que reforçam a escravidão e a relação de sujeição e dominação estabelecida entre senhor e escravo, considerações essas que eram repudiadas por Melville. Segundo Grandin (2015:54), Melville considerava a escravidão “Não menos do que pecado”<sup>20</sup> e defendia a abolição. Portanto, temos um dado concreto, uma declaração do próprio Melville se posicionando contra a escravidão.

Essa observação é importante de ser destacada na análise aqui feita, visto que, de acordo com um dos teóricos usados como fundamentação deste trabalho, Booth (1983), “a existência de um texto implica a existência de um autor”. Segundo Both (1983), ainda que muitos teóricos tentem desvincular a narrativa daquele que a criou, tal proposta é inviável, visto que, para ele, a narrativa é criação de um autor implícito que, por sua vez, é o desdobramento do próprio autor explícito, real.

---

<sup>19</sup> No original: “Whenever an author conveys to his reader an unspoken point, he creates a sense of collusion against all those, whether in the story or out of it, who do not get that point. Irony is always thus in part a device for excluding as well as including, and those who are included, those who happen to have the necessary information to grasp the irony, cannot but derive at least part of their pleasure from a sense that others are excluded. In the irony with which we are concerned, the speaker is himself the butt of the irony point. The author and reader are secretly in collusion, behind the speaker’s back, agreeing upon the standard by which he is found wanting.” (BOOTH, 1983:304).

<sup>20</sup> No original: “Sin, it is no less”. (GRANDIN, 2015:54).

Grandin (2015:54) afirma que Melville acreditava que “todos os seres humanos oscilam em algum lugar entre os dois polos extremos da liberdade e da escravidão (...)”.<sup>21</sup> Segundo o professor (Ibid.), Melville passou quase a sua vida inteira escrevendo e pensando sobre a liberdade e a escravidão, ainda que essa fosse concebida como uma condição filosófica, tal como em *Bartleby, o escrivão* e *Moby Dick*, por exemplo. *Benito Cereno*, segundo Grandin (Ibid.) é uma exceção por tratar a escravidão de maneira “real”, “histórica” e “institucionalizada”:

Ele [Melville] raramente escrevia sobre laços humanos como instituições históricas com vítimas e vitimadores, mas sim como uma condição filosófica ou existencial comum a todos. *Benito Cereno* é uma exceção. Ainda aqui, entretanto, Melville, por forçar o leitor a adotar a perspectiva de Amasa Delano, está menos preocupado em expor horrores sociais específicos do que revelar a ilusão fundamental da escravidão - não apenas a fantasia de que alguns homens são naturalmente escravos, mas a fantasia de que outros poderiam ser absolutamente livres. (GRANDIN, 2015:9; minha tradução)<sup>22</sup>

A asserção de Grandin (2015:54) sobre o rechaço de Melville à escravidão faz-se aqui necessária para que seja enfatizado que o discurso ideológico de superioridade racial que sustentava a escravidão não era, de modo algum, compartilhado pelo autor. Pelo contrário, neste trabalho, defendo que Melville, através de recursos estilísticos tais como a escolha de um narrador não-confiável para contar a história que aconteceu a bordo do *Tryal*, na narrativa rebatizado *San Dominick*, faz reverberar outras vozes e discursos na narrativa que se opõem ao discurso do Capitão Delano e de Dom Benito e, conseqüentemente, à ideologia dominante da época, a fim de romper com uma hegemonia ideológico-discursiva.<sup>23</sup>

<sup>21</sup> No original: “All human beings, Melville believed, oscillate somewhere between the two extreme poles of liberty and slavery (...)”. (GRANDIN, 2015:54).

<sup>22</sup> No original: “He rarely wrote about human bondage as an historical institution with victims and victimizers but rather as an existential, or philosophical, condition common to all. *Benito Cereno* is an exception. Even here, though, Melville, by forcing the reader to adopt the perspective of Amasa Delano, is concerned less with exposing specific social horrors than with revealing slavery’s foundation deception – not just the fantasy that some men were natural slaves but that others could be absolutely free.” (GRANDIN, 2015:9).

<sup>23</sup> É necessário destacar que, embora, neste trabalho seja adotado o conceito de *autor implícito*, e exista teses sobre o afastamento e até mesmo da inexistência do autor explícito, biográfico, na narrativa, como postula Barthes em “A morte do autor” (In: *O rumor da língua*, 1988), segui a tese de Booth (1983), que destaca que o autor implícito é o desdobramento de um autor real, explícito, portanto, justifico a observação feita em relação ao que Melville

Sobre a proposição de que a narrativa aqui analisada funciona como objeto de diferentes discursos é conveniente citar Bakhtin (2015), que destaca a particularidade da prosa ficcional em possibilitar uma variedade heterodiscursiva social sobre determinado objeto, o que não acontece na imagem poética em sentido restrito, segundo Bakhtin:

Em vez de plenitude virginal e da inesgotabilidade do próprio objeto, revela-se para o prosador a diversidade de vias, caminhos e sendas nele estendidos pela consciência social. Ao lado das contradições internas do próprio objeto, revela-se ao prosador também o heterodiscurso social em torno dele, aquela mescla babilônica de línguas que passa em torno de qualquer objeto: a dialética do objeto se entrelaça com o diálogo social em torno dele. Para o prosador, o objeto é o ponto de concentração de vozes heterodiscursivas, entre as quais deve ecoar também a própria voz do prosador, fora da qual os matizes de sua prosa ficcional são imperceptíveis, “não ecoam”. (BAKHTIN, 2015:51)

Bakhtin (2015) assevera que o caráter da prosa ficcional é dialógico, assim como qualquer discurso extraliterário, dada a sua concepção de discurso como uma “interação viva” (BAKHTIN, 2015:51): “A orientação dialógica do discurso é, evidentemente, um fenômeno próprio de qualquer discurso. É a diretriz natural de qualquer discurso vivo” (Ibid.). Na interação dialógica da qual o discurso se alimenta, outros discursos já ditos<sup>24</sup> se tensionam com dinamismo sobre o objeto.

Melville ao se propor a fazer um relato ficcional sobre os fatos transcorridos a bordo do navio *Tryal*, abre o espaço para que a temática da escravidão seja repensada e problematizada sem, no entanto, diminuir o texto literário em sua apreciação estética. Como afirma Bakhtin (2015), na prosa ficcional, especialmente no romance, a voz do prosador também ecoa, assim Melville, sem deixar transparecer de maneira explícita a sua posição como autor, através de um jogo de ironias e tensões discursiva dentro da narrativa, produziu uma obra que pode ser perfeitamente concebida como uma dura crítica à escravidão.

---

pessoalmente defendia em relação à escravidão como um fator que pode ter influenciado nas escolhas formais e de estilo da narrativa, e que são formalmente viabilizadas, na narrativa, através de um autor implícito.

<sup>24</sup> Bakhtin afirma que “Só o Adão mítico, que chegou com a sua palavra primeira no mundo virginal ainda não preconizado (...) conseguiu evitar efetivamente até o fim essa orientação dialógica do outro no objeto”. (BAKHTIN, 2015:51). O discurso, portanto, retoma um universo de discursos já-ditos. Essa concepção é compartilhada por Foucault, em *A ordem do discurso* (1970), na qual o autor discorre sobre a falácia do “discurso fundante”.

Na passagem seguinte, o narrador introduz a fala do Capitão Delano, que ri de si próprio por ter considerado, seriamente, a possibilidade de ser alvo de um plano tramado por Dom Benito e os negros para lhe assassinar:

“Ora, eu, Amasa Delano – O João da Praia, como me chamavam quando era garoto – (...) eu assassinado aqui, nos confins do mundo, a bordo de um navio pirata mal-assombrado, por um espanhol horrendo? Tolice demais para se perder tempo pensando! Quem mataria Amasa Delano? Sua consciência está limpa. Há alguém acima de nós. Que vergonha, seu João da Praia! Você é mesmo uma criança; uma criança na segunda infância, meu caro; temo que já esteja meio caduco e babão!”  
(MELVILLE, 1992:60)

O Capitão Delano pensa consigo mesmo e se recrimina pelos pensamentos tidos como “infantis” e “bobos”, entretanto, como quem tenta tranquilizar a si próprio, interiorizando um discurso (afinal “quem poderia matar Amasa Delano?”), temos a forte impressão de que não somente algo de “errado” ou deturpado está acontecendo, mas que o Capitão Delano também o sabe e ele não está, de fato, tranquilizado.

Como observado anteriormente, as súbitas mudanças de comportamento de Dom Benito orientam as considerações do Capitão Delano sobre o que acontece a sua volta e, conseqüentemente, marcam o tom da narrativa. O americano se censura pelos pensamentos maliciosos que tem, o que vem a convergir com o apontamento do narrador feito no início da narrativa, de que o Capitão Delano seria incapaz de imputar a maldade em outro homem por influência de considerações pessoais.

Diferentemente da passagem anterior, em que o narrador introduz o discurso do Capitão Delano por aspas, agora o discurso direto é usado para transmitir a fala do personagem:

Veja só, prestou bem atenção? – pensou novamente Capitão Delano, andando pela popa. Que idiota que fui. Esse gentil cavalheiro, que agora me envia seus cordiais cumprimentos é o mesmo que, não mais de dez minutos atrás, pensei que fugia, lanterna na mão, para junto de alguma pedra de amolar no porão, e lá afiava uma machadinha para me assassinar. Ora, ora: essas longas calmarias têm um efeito mórbido sobre a mente; sempre ouvi dizer, embora nunca antes tivesse acreditado.  
(MELVILLE, 1992:60-61)

Se antes a impressão que tínhamos era de que o Capitão Delano *pensava* consigo mesmo, e nós, leitores, acompanhávamos esses pensamentos como se estivéssemos dentro da

sua mente, a impressão que agora temos é que o Capitão Delano *fala* consigo mesmo, como se numa real interlocução: “Veja só, prestou bem atenção?”, diz ele. Nos sentimos, cada vez mais, compartilhando de seus pensamentos e, possivelmente, concebendo-os mais fortemente como verdade. Cabe dizer que tal *modo de narrar*, que se dá através da focalização adotada, torna quase impossível conceber uma visão diferente do que nos é apresentada e isso, acredito eu, não foi projetado pelo autor de maneira gratuita.

A paz de espírito que toma conta do americano na passagem anteriormente apresentada se deve à simples transmissão de uma mensagem pelo criado Babo que, com tom agradável, diz que Dom Benito estava recuperado do seu ataque de tosse e brevemente se juntaria ao “honroso convidado”. Entretanto, nada na narrativa é estável, os pensamentos negativos voltam a atormentar o Capitão Delano. O atraso do bote que ele havia mandado retornar ao porto para trazer os suprimentos destinados ao navio espanhol já é motivo de suspeita. Em meio a seus devaneios, o Capitão Delano tenta chegar a um “meio termo” sobre a situação por ele vivida, observa o narrador:

Sim, esta é uma embarcação estranha; uma história estranha, também, e pessoas estranhas a bordo. Mas – só isso. (MELVILLE, 1992:62)

Quando o Capitão Delano vê o bote se aproximando, trazendo consigo a sensação de segurança e familiaridade, o seu estado de espírito já é outro:

Mas o que importa, pensou Capitão Delano, olhando para o seu bote já perto – o que importa? Ora, Dom Benito é um comandante cheio de caprichos. Mas não é o primeiro que conheço dessa espécie, embora seja verdade que excede em muito a qualquer outro. Mas como nação – continuou ele em seus devaneios – esses espanhóis são todos um grupo esquisito; a própria palavra “espanhol” tem um timbre curioso, conspiratório, à Guy Fawkes. (MELVILLE, 1992:62-63)

No trecho recortado acima, o uso da ironia marca, novamente, o discurso do Capitão Delano, que conclui, influenciado segurança trazida pelo seu bote, que toda a situação experienciada se devia aos caprichos e esquisitices características dos espanhóis. O americano chega a comparar a palavra “espanhol” ao personagem Guy de Fawkes, soldado inglês que seria o responsável por guardar os barris de pólvora que iriam explodir o parlamento inglês em sessão em 1605, remetendo o significado da palavra “espanhol” à traição e à conspiração. O leitor que consegue interpretar essa inferência se inclui dentro do jogo da ironia criada pelo autor.

Quando o bote chega trazendo os suprimentos destinados à exígua tripulação e aos escravos, todos famintos e miseráveis, o narrador enfatiza que, com “imparcialidade republicana” (p.65), o Capitão Americano distribuiu quantidades iguais de água a todos, brancos e escravos. Contudo:

quanto ao pão macio, o açúcar e as garrafas de cidra, Capitão Delano, por ele, só os daria aos brancos, sobretudo a Dom Benito; mas este não aceitou a oferta, o que não agradou nem um pouco ao americano; e grandes bocados foram distribuídos igualmente a brancos e negros, exceto uma garrafa de cidra, que Babo insistiu em separar para seu senhor. (MELVILLE, 1992:65)

O narrador quer nos demonstrar que, para o Capitão Delano, determinados regalos não eram para todos os homens, principalmente se esses se tratavam de negros e escravos. O que vem a confrontar, de maneira irônica, a proposta de distribuição igualitária dos republicanos na qual o americano previamente se baseou. Possivelmente, essa observação sobre a “imparcialidade republicana” se trata de um recurso irônico usado pelo autor para criar determinado efeito, tal como: colocar o discurso do Capitão Delano em contradição e, dessa forma, fazer diminuir a confiança do leitor sobre o ponto de vista ou, em outra terminologia, foco narrativo, adotado. Ainda que o americano tivesse sido caracterizado como um homem justo no início da narrativa, ele tinha como princípios uma orientação ideológica que favorecia a classe à qual pertencia e estava intimamente ligada à sua condição de homem livre e que a ele garantia “direitos, rendimento, livre arbítrio, virtude e consciência pessoal” (GRANDIN, 2015:7)<sup>25</sup>, bases do republicanismo, segundo Grandin (Ibid.).

Com a chegada do bote, o Capitão Delano exclama que se também houvesse botes a bordo do navio espanhol os escravos negros poderiam ajudar a desembarcar os suprimentos. Tal constatação faz o americano indagar o espanhol se ele havia partido sem tal recurso. Dom Benito responde que os botes haviam sido esvaçados nas ventanias por eles enfrentadas. Capitão Delano reforça, em parte, a resposta de Dom Benito, mencionando que tinha conhecimento de relatos sobre fortes ventanias no ponto extremo do Cabo Horn e questiona se havia sido nesse ponto em que as ventanias os atingiram. Dom Benito não consegue disfarçar a sua surpresa frente à afirmação do americano e questiona quem havia mencionado o Cabo Horn, ao que o americano responde que o próprio havia dito que havia passado por lá quando

---

<sup>25</sup> No original: “(...) rights, interests, free will, virtue and personal conscience”. (GRANDIN, 2015:7).

relatou a sua viagem. Identificada a falha do seu senhor, Babo, sempre alerta, intervém e lembra Dom Benito de determinado afazer:

“meu senhor me disse que, não importando onde estivesse, ou o quanto ocupado, devia sempre lembrá-lo, no minuto exato, da hora de fazer a barba. (...)” (MELVILLE, 1992:67-68)

O que o Capitão Delano interpreta como um simples “capricho” do espanhol em fazer a barba sempre na mesma hora exata do dia era, na realidade, um subterfúgio usado por Babo para encerrar a conversa que tomou um rumo do qual Dom Benito demonstrava não saber como contornar.

Enquanto Babo prepara os seus apetrechos para barbear o seu senhor, o Capitão Delano o observa com satisfação. Quando Babo começa a operação, afastando a gola de Dom Benito e afrouxando a sua gravata, o americano se regozija com a suposta constatação de conforto, cuidado e confiança expressadas no ato de um escravo incumbir-se do aprumo de seu senhor:

Há algo no negro que, de maneira peculiar, o torna apto ao desempenho de funções junto a nossa pessoa. A maioria dos negros é de criados de quarto e cabelereiros natos; eles nascem com tanto jeito para pentes e escova quanto para castanholas, que floream com igual *satisfação*. Possuem, também, um tato muito suave quando executam esses movimentos, com maravilhosa, silenciosa e fluente destreza nos gestos, graciosa a seu modo, singularmente agradável de observar, e ainda mais quando somos o objeto de tal manipulação. (MELVILLE, 1992: 70-71; grifo meu)

O Capitão Delano reproduz o discurso civilizatório e preconceituoso no qual se baseou a escravidão, já apontado em episódios anteriores na narrativa. O negro é percebido como um escravo “tratável”, passível de ser “domesticado” para trabalhos doméstico e outros junto que dizem respeito ao cuidado do seu senhor.

Grandin (2015) expõe que, além da audácia da narrativa em sua proposta “subversiva”, o que nela é mais fascinante é a revelação que se dá ao longo do dia em que transcorre a estada do Capitão Delano a bordo do navio espanhol da falácia de que o escravo negro não possuía vida própria, ensejos, pensamentos e ambições, o que Babo nos prova exatamente o contrário.

Além da sua pura audácia, o que é mais fascinante sobre o decorrer do dia de decepção é a maneira que expõe uma falácia maior, sobre a qual toda a edificação ideológica da escravidão descansava: a ideia, não só de que os escravos eram leais e simplórios, mas que eles não tinham vidas independentes ou pensamentos, ou se eles tivessem uma

interioridade, essa também era objeto de jurisdição de seus senhores, era também propriedade, que aquilo que você via por fora era o que existia por dentro. (GRANDIN, 2015:8; minha tradução)<sup>26</sup>

De acordo com a afirmação do Capitão Delano, exposta anteriormente, o exercício dos afazeres do “negro domesticado” é percebido como fonte de satisfação ao próprio escravo, que desempenharia tais funções de modo natural e com “bom humor” (MELVILLE, 1992:71); o senhor, por sua vez, goza por ter no escravo uma *propriedade* que lhe conforta:

Quando a isso se acrescenta a docilidade proveniente do *contentamento sem aspirações*, característico de uma *mente limitada*, e aquela suscetibilidade para a afeição cega, que às vezes se vê incontestavelmente em *indivíduos inferiores*, logo se percebe por que hipocondríacos como Johnson e Byron – talvez um pouco como o hipocondríaco Benito Cereno – se apegavam, com exclusão quase total da raça branca, a seus criados, Barber e Fletcher. (MELVILLE, 1992:71; grifo meu)

O Capitão Delano, tal como apontado por Grandin (2015) sobre a “falácia da escravidão”, concebe que o escravo é simplório e inferior, não tem ambições e tende à “afeição cega”, o que o faz um criado perfeito para indivíduos que necessitam de exagerada assistência. O Capitão Delano constata, ainda, que foi o caráter hipocondríaco e inseguro de Dom Benito que o fez depender tão fortemente do seu criado e excluir as relações com os brancos. Tal noção converge com a apontada no início da narrativa de que Dom Benito tratava a todos, exceto o criado Babo, com reserva e indiferença.

Considerando a situação com um entendimento mais amplo da narrativa, poderíamos dizer que o discurso do Capitão Delano constitui uma grande ironia construída pelo autor, pois, não somente o criado Babo é o motivo pelo qual Dom Benito adoeceu, como toda a situação pelo americano observada é completamente diversa daquilo que aparenta ser.

Segundo Grandin (2015), Babo, com prazer, tortura Dom Benito com os seus toques e o manuseio da navalha. O Capitão Delano consegue reparar que o espanhol, ao ter a visão do

---

<sup>26</sup> No original: “Aside from its sheer audacity, what is most fascinating about the daylong deception is the way it exposes a larger falsehood, on which the whole ideological edifice of slavery rested: the idea not just that slaves were loyal and simpleminded but that they had no independent lives or thoughts or, if they did have an interior self, that it too was subject to their masters’ jurisdiction, it too was property, that what you saw on the outside was what there was on the inside.” (GRANDIN, 2015:8).

aço da lâmina, estremece; entretanto, a consideração de que a posição do escravo e a do senhor pudessem estar invertidas, é restrita ao nível da “fantasia” e, conseqüentemente, é razoavelmente inconcebível:

Não pouco afetado por ver tão próximo o aço reluzente, Dom Benito estremeceu; sua palidez habitual foi acentuada pela espuma, a qual, por sua vez, se intensificou pelo contraste com a cor de fuligem da pele do negro. A cena toda era algo peculiar, ao menos para o Capitão Delano que, ao vê-los naquela posição, não pôde resistir à fantasia de ver no negro um carrasco e, no branco, um homem no cadafalso. Mas este era um daqueles pensamentos extravagantes que aparecem e desaparecem a um sopro, e dos quais, talvez, não estejam livres nem mesmo as mentes mais equilibradas. (MELVILLE, 1992:73)

Através da visão do Capitão Delano sobre o episódio observado, o narrador nos dá pistas de que algo está deturpado, mas essa impressão não passa do nível da fantasia do americano, e que poderia ser comum a qualquer mente equilibrada como a sua própria.

Enquanto Babo barbeia Dom Benito, coberto com a bandeira da Espanha feita de toalha, o Capitão observa a cena que beira o descabimento e o cômico: “ainda bem que sou só, e não o rei a ver isso” (MELVILLE, 1992:73), diz o americano a Benito Cereno. A iniciativa de fazer a bandeira da Espanha de toalha foi de Babo, possivelmente com a intenção de mostrar o seu despeito a Dom Benito e que este nada poderia fazer se não aceitar passivamente o que por ele lhe fosse imposto.

O Capitão Delano volta ao momento em que foram interrompidos por Babo, recontando ele próprio a viagem previamente relatada por Dom Benito. O americano enfatiza a admiração que teve quando o espanhol relatou que eles haviam ficado presos durante uma calmaria por dois meses e observa que, se semelhante história tivesse sido afirmada por outro cavalheiro, ele estaria “inclinado a certa incredulidade” (MELVILLE, 1992:74).

Dom Benito, sem conseguir disfarçar a sua surpresa e o desespero em ter a história por ele forçosamente sustentada desmascarada, desfere uma expressão involuntária que o faz sobressaltar. Com o movimento brusco, Babo corta o seu senhor: “Veja, meu senhor – o senhor tremia tanto – eis o primeiro sangue de Babo”. (MELVILLE, 1992:75), lamenta o criado. A reação horrorizada de Dom Benito ao ter o rosto lastimado, acaba por reforçar a ideia do Capitão Delano de que o espanhol não passava de um homem doente e fragilizado, incapaz de cometer qualquer mal a ele:

Pobre sujeito, pensou Capitão Delano, tão nervoso que mal pode suportar a visão do sangue no barbeiro; e esse homem fraco e doente – será possível que eu tenha imaginado que pretendia derramar todo o meu sangue, incapaz que é de tolerar a visão de uma pequena gota do seu? Não há dúvida, Amasa Delano, você hoje está fora de si! Não diga nada quando chegar em casa, Dom Amassa. Bem, bem, ele parece um assassino, não? Mas é mais como se ele próprio fosse se assassinar. Ora... a experiência de hoje será uma boa lição. (MELVILLE, 1992:75)

Babo, com invariável tranquilidade, insiste que o seu senhor responda ao Capitão Delano enquanto ele limpa o rosto de Dom Benito e afia novamente a navalha. Como se estivesse a reproduzir um discurso preparado, Dom Benito explica que não só as calmarias por eles enfrentadas foram incomuns, mas como também as revoltosas correntes marítimas que se seguiram posteriormente a esse período. A resposta de Dom Benito, ainda que objetiva, levanta ainda mais suspeitas no americano e o faz considerar, novamente, a possibilidade de Dom Benito e o criado Babo estarem representando uma grande farsa:

Na imaginação do Capitão Delano, já agora não inteiramente tranqüilo [sic], havia algo de tão vazio na maneira do espanhol, e um vazio aparentemente recíproco no sombrio comentário de silêncio do criado, que brilhou em seu cérebro uma idéia [sic]: possivelmente o amo e o criado, com alguma intenção desconhecida, estavam representando uma farsa, tanto em palavras como em atos, e sem esquecer a própria cena de temor de Dom Benito. Tampouco carecia de base aparente a suspeita de conluio, haja vista as confabulações mencionadas. Mas, então, qual seria o objetivo da representação dessa comédia no barbeiro? (MELVILLE, 1992:76)

Em momento posterior à “comédia no barbeiro”, já fora do gabinete do espanhol, o Capitão Delano caminha em direção ao mastro principal. Nesse momento, o criado Babo se aproxima com a mão no rosto. Olhando mais de perto, o americano percebe que o rosto do criado estava sangrando, e antes que ele pudesse perguntar o que ocorreu, Babo fala em voz alta, como se estivesse a declarar um “doloroso solilóquio” (MELVILLE, 1992:78):

“Ah! Quando o um senhor vai melhorar de sua doença? Só o coração irritado que a doença cria poderia levá-lo a agir assim com Babo. Cortar Babo a navalha porque, só por acidente, Babo lhe fez um pequeno arranhão; e pela primeira vez em tanto tempo. Ai, ai, ai”, lamentava, mantendo a mão no rosto. (MELVILLE, 1992:78)

A fim de restabelecer a empatia do americano e para que a sua suposta posição de dominado fosse sustentada, Babo foi capaz de cortar o próprio rosto e fingir que o corte havia

sido desferido pelo seu senhor. É importante salientar que as considerações do Capitão Delano que se seguem a esse episódio têm como o foco quem escraviza e não o escravizado:

Será possível? Pensou Capitão Delano; teria sido para descarregar na intimidade seu despeito espanhol com esse seu pobre amigo que Dom Benito, com suas maneiras sombrias, me forçou a sair? Ah, essa escravidão engendra horríveis paixões no homem – Pobre sujeito! (MELVILLE, 1992, 78)

O Capitão Delano caracteriza Babo como o “pobre amigo” de Dom Benito a quem foram descarregadas as pulsões negativas engendradas pela escravidão, desferidas por um sujeito desequilibrado. Nessa relação de sujeição entre senhor e escravo, a escravidão não é problematizada ou condenada pelo Capitão Delano. O americano pode ter condenado a atitude de Dom Benito, mas não o sistema escravagista; visto que, ainda que ele se solidarize com Babo, ele não considera que a posição do criado possa ser modificada.

Em seguida, o narrador pontua que Dom Benito sai do gabinete e se apoia no criado “como se nada tivesse acontecido” (MELVILLE, 1992:78), o que faz o Capitão Delano concluir que o episódio se tratou de “uma espécie de briga de amor” (Ibid. p.79). Logicamente, a atitude de Babo não era de conhecimento de Dom Benito.

Podemos reafirmar, através da conclusão do Capitão Delano, que o americano não tratou com criticidade e seriedade o episódio ocorrido, já que ele caracteriza a suposta violência sofrida por Babo como um reflexo de uma relação da qual Babo, voluntariamente, teria aceitado participar (são usadas as palavras “amigo” e “amor” associadas à violência) e não como resultado de uma relação de subjugo, como de fato seria, caso a posição de Babo fosse a de um escravo típico.

Mais tarde naquela manhã, o despenseiro Francesco anuncia que almoço está servido para Dom Benito e o Capitão Delano. O americano não deixa de reparar na aparente dignidade do despenseiro, suas maneiras, mesuras e sorrisos na tentativa de agradar. O despenseiro mulato de feições europeias é alvo de observações do Capitão Delano. No que o americano elogia a postura do mulato, ele questiona o espanhol se o despenseiro sempre foi um homem “digno” e “bom”. O espanhol responde, laconicamente, que “Francesco é um bom homem” (p.80). O americano remata que, logicamente, era o que ele pensava, afinal:

“porque seria estranho, e não muito meritório para nós brancos, se umas gotas de nosso sangue, misturadas com o africano, longe de melhorar as qualidades deste,

tivessem o triste efeito de algum ácido colocado em caldo negro – melhorando a cor, talvez, mas não a integridade.” (MELVILLE, 1992:80)

O espanhol acrescenta, com indiferença, que semelhante referência é feita sobre a miscigenação entre espanhóis e índios. (MELVILLE, 1992:80), porém “que nada sabe sobre o assunto”. A afirmativa do Capitão Delano reforça o ideal de superioridade racial branca do qual Dom Benito, das duas alternativas uma: ou ele compartilha desse ideal e se exime de demais comentários para não insinuar uma provocação ao criado e carrasco Babo, ou, se possivelmente ele compartilhava desse pensamento, em sua atual posição, seus conceitos podem ter sido forçosamente transformados.

Durante a refeição, o criado Babo se posiciona atrás de onde o Capitão Delano estava sentando, o que provoca inicial inquietação e surpresa no americano, contudo ele conclui que esse era mais um gesto de fidelidade e servilidade do criado Babo para estar atento a qualquer necessidade do seu senhor:

A princípio, isso surpreendeu um pouco o americano. Mas logo ficou claro que, ao tomar essa posição, o negro continuava fiel a seu senhor de frente para ele, poderia prontamente antecipar seu menor desejo. (MELVILLE, 1992:81)

Feita essa conclusão, o Capitão Delano exclama: “Esse seu homem é de uma inteligência incomum, Dom Benito” (MELVILLE, 1992:81). O espanhol apenas concorda, seriamente. É importante salientar como o criado Babo disfarça a sua inteligência e capacidade de manipulação em servilidade. No trecho acima destacado, assim como em outros em que o Capitão Delano assim interpreta as ações de Babo, tal como na cena do barbeiro, é sempre mais razoável e sensato conceber o criado na posição de subjugado e sem ambições do que em uma posição de poder ou agente.

Durante o almoço, o Capitão Delano, não satisfeito com o relato de viagem fornecido pelo espanhol, questiona como a febre e o escorbuto haviam dizimado a tripulação branca, ao passo que menos da metade dos negros havia sido atingida. O espanhol explica que certas raças ofereciam maior resistência a determinadas doenças do que outras:

Passado um tempo, alguns goles serviram para reanimá-lo em parte. Fez algumas referências aleatórias à diferente constituição das raças, habilitando alguns a oferecer maior resistência a certas doenças do que outros. O pensamento era novo para o convidado. (MELVILLE, 1992:82)

Aqui, a questão racial é vista como resultado de determinadas características que garantiriam força e resistência física, outro ideal que era cultuado na época colonial, e que preconizava que os negros eram mais resistentes e tinham mais força para o trabalho do que os indígenas, por exemplo, motivo ao qual, por muito tempo na história, foi falsamente atribuída a substituição da escravidão indígena pela negra. Como foi explicitado em sessão prévia nesse trabalho, tal afirmação não passa de uma falácia, visto que o tráfico negreiro foi motivado por fins essencialmente capitalistas (BRAICK e MOTA, 2006; GRANDIN, 2015; GOMES, 2006), e sustentado pela falsa ideologia, de interesse correlato com as elites brancas, de que o negro era um ser inferior e passível de domesticação.

Em seguida, o Capitão Delano, incomodado pela presença do criado Babo, menciona que “há algo interferindo na extensão total” (MELVILLE, 1992:82) que ele tem a dizer. O americano desejava tratar dos negócios referentes a compra de materiais necessários para a substituição dos mastros e velas avariados. Segundo o narrador, o espanhol parece ter se incomodado com a insinuação de que o seu criado não era confiável e defende a permanência de Babo durante a transação:

Ao ouvir isso o espanhol mudou de fisionomia; aparentemente não gostara da insinuação, como se refletisse um mal juízo sobre seu criado. Depois de pequena pausa, garantiu ao convidado que a permanência do negro não seria nenhum desserviço; pois desde que perdera os oficiais fizera de Babo (cuja ocupação inicial, agora se sabia, tinha sido a de capitão de escravos) não apenas seu constante criado, mas também seu confidente em todos os assuntos. (MELVILLE, 1992: 82-83)

O que não é de conhecimento do americano é que Dom Benito defende a permanência de Babo no gabinete porque disso depende a sua vida. O espanhol não estava ofendido pela suposta insinuação de que não era conveniente que Babo acompanhasse a transação, pelo contrário, Dom Benito ficou surpreso com a possibilidade de se desvencilhar da presença do criado; contudo, visto que a farsa deveria ser sustentada, ele garante que Babo é seu confidente de todos os assuntos, inclusive dos relacionados à administração do navio, o que era, evidentemente, incomum a um escravo.

Com o vento favorável em direção ao porto, logo o *Bachelor's Delight* se torna visível à distância. O americano, tonificado pela visão familiar do caça-focas, como forma de agradecimento à recepção do espanhol, afirma que, ainda naquela noite, Dom Benito tomaria uma xícara de café a bordo do seu navio. Dom Benito, febril e atordoado, afirma que não

poderia ir, ao que ele é interpelado pelo Capitão Delano que insiste em assim recebê-lo, o espanhol reafirma sua negação agora “com a mais veemente repulsa”. (MELVILLE, 1992:89). Pronunciadas essas palavras por Dom Benito ocorre a mudança do foco narrativo que se desloca do Capitão Delano e recai sobre o espanhol:

Renunciando a quase toda aparência de cortesia, com uma espécie de ar cadavérico, e roendo as unhas até a carne viva, olhou, quase fixou *o seu convidado* – como se impaciente pela presença do estranho, como se esse estivesse interferindo em sua total entrega àquela hora mórbida. Ao mesmo tempo, o rumor das águas chegava cada vez mais alegre e borbulhante pelas janelas, e parecia lhe repreender o mau humor, como se lhe dissesse que, por mais taciturno que se considerasse, por mais que enlouquecesse com isso, a natureza não se importaria nem um pouco; de quem era a culpa, afinal? (MELVILLE, 1992: 89-90; grifo meu.)

Podemos inferir que essa mudança de foco narrativo tem como objetivo dar ênfase aos sentimentos e pensamentos do espanhol frente ao convite do Capitão Delano e que não poderiam ser expressados sob a visão do americano, uma vez que, para ele, seria incompreensível a reação descabida de Dom Benito frente a um desprezioso convite. Todo o nervosismo e a angústia que tomavam conta do espanhol se davam com a proximidade, agora tangível, de sua salvação, advinda de uma proposta que Dom Benito sabia não poder aceitar, ainda que ele devesse, dada a natureza da situação.

O bote chega para buscar o Capitão Delano, que no momento se encontra extremamente ofendido, não só pela recusa do convite por Dom Benito a subir a bordo do caça-focas, mas porque o espanhol nem ao menos foi a amurada se despedir do convidado, fato que ele considerou não como pura indisposição (como em momentos anteriores ele havia ponderado), mas como evidente descortesia e má-educação. Entretanto, assim que o Capitão Delano coloca seus pés no primeiro degrau da escada de desembarque que o levaria ao seu bote, ele ouve o chamado de Dom Benito:

No mesmo momento, ouviu seu nome pronunciado cortesmente; e, para sua agradável surpresa, viu Dom Benito avançando – com um ar incomum de energia, como se, no último minuto, tivesse resolvido corrigir sua recente incivildade. Com instintiva generosidade, o Capitão Delano, retirando o pé, se voltou e avançou no sentido contrário. Ao fazê-lo, percebeu que aumentava a nervosa ansiedade do espanhol, mas que sua energia vital arrefecera; então, para melhor ampará-lo, o criado, pondo a mão

do senhor sobre seu ombro nu, e, gentilmente segurando-a assim, se posicionou para servir de muleta. (MELVILLE, 1992:93-94)

É interessante salientar na passagem acima, que até o presente momento, apesar de todas as inconveniências causadas pela insistente presença de Babo, o Capitão Delano ainda o concebia como um fiel e zeloso criado. Tanto que a mão do criado sobre o ombro do senhor, cuja intenção era detê-lo de avançar ao encontro do Capitão Delano, é percebida pelo americano como um amparo ao fragilizado Dom Benito. A seguir, o espanhol, aparentemente resignado com o seu destino, desiste de qualquer tentativa de avançar:

“Não posso ir adiante; devo-lhe dizer adeus aqui. Adeus, meu caro, meu caro Dom Amasa. Agora vá – vá!”, subitamente puxando sua mão, “vá, e que Deus cuide melhor do senhor que de mim, meu grande amigo”. (MELVILLE, 1992:95)

O narrador observa que o Capitão Delano, agora comovido com a despedida, até teria se detido um pouco mais se não fosse o olhar de censura do criado, por fim, ele orienta que o barco parta. Quando o destino de Dom Benito parecia traçado, em um ato de desespero, o espanhol se joga por cima da amurada e cai dentro do bote do Capitão Delano já em movimento e, jogado aos pés do americano, ele grita “saíam da frente se não quiserem morrer” (MELVILLE, 1992: 95). O americano pensa que o espanhol desejava passar a impressão para os seus homens que estava sendo raptado.

Em seguida, Dom Benito revela: “esse pirata traiçoeiro é a nossa morte!” (MELVILLE, 1992:95). Através dessa exclamação feita por Dom Benito, Babo acredita ter a confirmação de que o segredo havia sido revelado e se equilibra na amurada com uma adaga na mão. A incompreensão se instaura sobre todos. Sem saber dos reais motivos de Dom Benito para tal atitude, aparentemente, incompreensível, o americano ainda crê que o criado Babo, prestes a saltar no bote, desejava “proteger o seu senhor até os últimos instantes”. (Ibid. p.96).

Conforme observa o narrador, tudo transcorre em uma “rapidez tão confusa que passado, presente e futuro pareciam uma coisa só” (MELVILLE, 1992:96). Já agora no bote, Babo, com a adaga na mão, dirige-se em direção a Dom Benito. No que o Capitão Delano acha que o escravo iria atacá-lo, ele acaba por detê-lo, e com a outra mão, agarra Dom Benito, que nesse momento se encontra quase caído e sem fala, como que em situação de desmaio.

O oficial do bote chama a atenção do Capitão Delano para Babo. O americano percebe que o criado, vindo do fundo da embarcação, havia sacado uma segunda adaga, escondida em sua carapinha, e, contorcendo como uma “cobra” (MELVILLE, 1992:97), com ela apontava

para o coração de seu senhor. Enquanto isso, Dom Benito recua sofregamente, exprimindo palavras sufocadas em espanhol, incompreensíveis a quase todos, exceto ao marinheiro português. Por fim, a mente do Capitão Delano se esclarece como em uma revelação:

Naquele momento, pela mente há tanto obscurecida do Capitão Delano, passou um lampejo de revelação, iluminando com inesperada clareza todo o comportamento misterioso de seu anfitrião, bem como qualquer evento enigmático daquele dia, e também a viagem inteira do San Dominick. Golpeou a mão de Babo, mas seu coração o golpeava com mais força. Com infinita pena, largou Dom Benito. Não era ao Capitão Delano, mas a Dom Benito, que o negro, ao saltar para o bote, pretendia atingir. (MELVILLE, 1992:97)

Após essa revelação, todas as medidas são tomadas para conter o escravo Babo e colocar Dom Benito em segurança. À noite, já agora no caça-focas americano, o Capitão Delano planeja tornar ao San Dominick e deter os demais escravos. Porém, Dom Benito implora que o americano assim não o faça, porque estaria colocando a sua vida em risco, “pois aqueles negros já se haviam mostrado tão facínoras que, se abordados agora, nada senão um massacre total dos brancos seria previsto” (MELVILLE, 1992:99), apela o espanhol.

Dom Benito confessa que já tinha o *San Dominick* e o seu conteúdo como perdido. O Capitão Delano, então, reúne um grupo de homens que, motivados a tomarem para si o que houvesse de valor no navio, estavam dispostos a atacar os escravos revoltosos.

O embate entre os negros e os marinheiros americanos é travado. Os escravos reagem, primeiramente com machadinhas, depois com lanças e outros instrumentos, contudo os brancos, com armas de fogo, são mais eficientes. Há mortes dos dois lados, mostrando que os escravos estavam, de fato, dispostos a resistirem; os brancos, por sua vez, em menor número, só conseguiram tomar o navio com a ajuda dos meninos espanhóis que sabotaram as velas da embarcação, tornando-a incontrolável.

Após a tomada do navio espanhol e a captura dos escravos revoltosos, o narrador, brevemente, conta que, após dois dias de reparo, os dois navios retornam a Concepción, no Chile, daí para Lima, no Peru, onde o caso foi sujeito a investigação diante dos tribunais do vice-reinado. A primeira parte da narrativa (minha denominação) se encerra nesse ponto.

Inicia-se a “segunda parte da narrativa”, bastante concisa, e que se refere à “verídica história da viagem do San Dominick” (MELVILLE, 1992:103). É interessante observarmos que, nessa parte da narração, o foco narrativo se desloca definitivamente do Capitão Delano

para Dom Benito, já que os trechos narrados dali em diante têm como base o depoimento de Dom Benito tomado em juízo:

Os trechos a seguir, traduzidos de um documento oficial espanhol, vão, espera-se, lançar luz à narrativa anterior, bem como, antes de mais nada, revelar o verdadeiro ponto de partida e a verídica história da viagem do *San Dominick*, até o momento em que chegou à ilha de Santa Maria. (MELVILLE, 1992:103)

Após essa intervenção feita pelo narrador, percebemos, de modo evidente, que a mudança não será somente de foco narrativo, mas também de narrador. Se antes tínhamos um narrador ficcional, que era uma criação do autor implícito e que narrava os acontecimentos sob a perspectiva do Capitão Delano, agora temos um narrador baseado em uma pessoa “de carne osso” e que de fato existiu: Dom José de Abos Y Padilla, o escrivão e tabelião, que certifica e declara que a declaração de Dom Benito Cereno foi feita perante si.

Aqui cabe a observação sobre a importância da busca da verdade para as sociedades organizadas, ou pelo desejo da verdade dos sujeitos, como discute Foucault:

a vontade de verdade, que se caracteriza por ser um tipo de separação historicamente construída, define a forma geral de materialização de nossa vontade de saber; com suporte institucional. Esta consiste dos planos de objetos a conhecer, dos métodos para efetivar o conhecimento, das funções e posições do sujeito cognoscente, do desejo de conhecer, verificar, comprovar cientificamente, e, principalmente, dos investimentos materiais, técnicos, instrumentais do conhecimento em relação ao modo como o saber é aplicado em uma sociedade. (FAÉ, Rogério, 2004:4)

Curiosamente, os acontecimentos que se sucederam a bordo do *Tryal* foram baseados em um relato verídico de viagem escrito pelo Capitão Delano, e no qual, segundo Grandin (2015), Melville se baseou para escrever a sua obra. Supostamente, o depoimento de Dom Benito em juízo incluído na segunda parte da narrativa, também, é verídico.

A necessidade de a verdade ser encontrada e institucionalmente e juridicamente afirmada perante a sociedade pode ser demonstrada através da tomada dos depoimentos de Benito Cereno e outros marinheiros que estiveram a bordo do *Tryal* e que participaram dos eventos travados a bordo ou testemunharam as reuniões entre Babo seu braço direito Atufal e os demais amotinados. Segundo Foucault, a verdade precisa ter um aparato institucional, jurídico ou científico para ser validada. Os enxertos do depoimento de Benito Cereno, entram ao final da narrativa como um contraponto a tudo que foi construído na mente ficcional do

Capitão Delano e apresentam um novo ponto de vista ao leitor diferente daquele foi tomado como base para a narrativa até o presente ponto.

Abaixo destaco alguns dos pontos importantes do depoimento de Dom Benito, anexados à narrativa, para que possam ser compreendidos determinados fatos que, sob a perspectiva do Capitão Delano, permaneceram incompreensíveis na história.

Um dos motivos que possibilitaram o motim abordo do *San Dominick*, foi que os escravos podiam circular livremente pelo convés e não carregavam grilhões, portanto, duas características dos navios negreiros não estavam presentes a bordo do navio: os escravos eram mantidos no convés, não no porão do navio, e eles não estavam acorrentados. Dom Benito assim afirma e o escrivão reconta:

Que todos os negros dormiam no convés, como é costumeiro nessas embarcações, e nenhum trazia grilhões, porque o proprietário deles, seu amigo Aranda, lhe dissera que eram todos tratáveis. (MELVILLE, 1992:106)

Segundo Grandin (2015:173), esse fato se deu porque o porão estava cheio com carregamentos, assim os escravos eram mantidos no convés sob a vigia de um guarda e, não carregam grilhões, porque Dom Aranda havia informado a Dom Benito que os escravos eram “tratáveis”.

Outro ponto que na primeira parte da narrativa não nos é informado, é que quando o motim foi deflagrado, Babo, o líder, perguntou a Dom Benito se não havia nenhum país negro por aqueles mares:

o negro Babo lhe perguntou se havia naqueles mares algum país negro para onde pudessem ser transportados, e ele lhes respondeu: “não”; que o negro Babo mais tarde lhe disse para levá-los ao Senegal, ou para as ilhas vizinhas a S. Nicolau. (MELVILLE, 1992:107)

Dom Benito responde negativamente à pergunta de Babo, contudo, segundo Grandin (2015:177), o espanhol mentiu, pois havia o Haiti que havia se emancipado no ano anterior, em 1804<sup>27</sup>, e “era inconcebível que um homem da classe, cor de pele, origem e ocupação de Cereno

---

<sup>27</sup> Grandin (2015) afirma que os eventos ocorridos no navio *Tryal* não são o *antebellum* da guerra civil americana, mas de um momento anterior: a independência do Haiti, ocorrida em 1804, a segunda das américas e a primeira e única decorrente de uma rebelião de escravos. A independência do Haiti é um caso especial dentre todas as colônias americanas, que contou com “a participação maciça dos escravos negros que defendiam a liberdade, a igualdade e

não soubesse *disso* (...)”<sup>28</sup>. Babo, então, insistiu que eles deveriam retornar a qualquer custo ao Senegal ou às ilhas vizinhas de São Nicolau, e que os negros “fariam e se submeteriam a tudo o que o depoente requeresse para comer e beber” (MELVILLE, 1992:108). Dom Benito afirma que foi compelido a agradar os escravos, pois Babo ameaçou matar todos os brancos se assim ele não fizesse.

Dom Benito enfatizou a necessidade de encontrarem água para beber para que seguissem viagem, de forma que o espanhol rumou para portos intermediários na tentativa de encontrar alguma embarcação espanhola ou estrangeira que os salvassem. Uma vez que não conseguiram água para o navio, os escravos se tornaram cada vez mais violentos e inquietos. O espanhol conseguiu, então, convencer Babo de que o melhor seria que eles se dirigissem a Santa Maria, onde seria mais fácil encontrarem água. O narrador afirma que o depoente, Dom Benito, não se dirigiu para nenhum porto perto da costa devido às constantes ameaças de Babo:

o negro Babo o ameaçou muitas vezes, dizendo que mataria todos os brancos assim que avistasse qualquer vila, cidade ou colônia nas praias para onde deveriam ser transportados (MELVILLE, 1992:108)

Dom Benito afirmou que o motim era encabeçado por Babo, seguido de seu ajudante Atufal, um ex-rei na África. Os dois se reuniam diariamente em conferências para decidirem o que deveria ser feito para que retornassem ao Senegal e que foi cogitado, inclusive, matar todos os espanhóis. Que, por fim, Babo decidiu e anunciou que iriam matar Alexandro Aranda, o senhor dos escravos e real capitão do navio:

os negros Babo e Atufal mantinham conferências diárias, nas quais discutiam o que era preciso fazer para voltarem ao Senegal, se deviam matar todos e os espanhóis, e em particular o depoente; (...) o negro Babo se dirigiu para onde estava o depoente e lhe disse que estava resolvido a matar seu senhor, Dom Alexandro Aranda, porque tanto ele e seus companheiros não podiam ter certeza de que seriam, libertados, como, para conservar os marinheiros em sujeição. (MELVILLE, 1992:109)

---

o direito à propriedade de terras”. (BRAICK, 2006:179). O processo de independência haitiano foi marcado pelo levante de escravos em 1791, conhecido como a Revolta dos Negros em Saint-Dominique. O movimento vitorioso resultou na constituição de 1801, que aboliu o escravismo, e na independência do Haiti em 1804.

<sup>28</sup> No original: “It was inconceivable that a man of Cereño’s class, skin color, origin and occupation didn’t know that” (GRANDIN, 2015:177).

Grandin (2015:179) afirma que a decisão de Babo por matar Dom Aranda também foi calculada, “ (...) não por vingança ou para administrar justiça, mas para garantir a sua segurança”<sup>29</sup>. Segundo Grandin (Ibid.), na lei islâmica dos povos da África ocidental os escravos se tornavam livres com a morte do seu senhor. Entretanto, Grandin (Ibid.) acredita que Babo e os seus companheiros não eram ingênuos ao ponto de pensarem que isso fosse ocorrer, pois, já no ano anterior, eles haviam passado por vários senhores, e que, possivelmente, a morte de Aranda foi por eles calculada para que, caso eles fossem descobertos e capturados, Aranda não pudesse reclamar as suas posses.

Como ameaça aos espanhóis, o corpo de Alexandre Aranda, após três dias de seu assassinato, foi exposto substituindo a figura de proa do navio, a imagem de Cristóvão Colombo, junto com o letreiro “Segue teu chefe”. Babo sussurrou no ouvido de Dom Benito, e de cada um dos marinheiros espanhóis que indagou de quem se tratava aquele pálido esqueleto, as seguintes palavras:

“Seja fiel aos negros daqui até o Senegal, ou então, em espírito, como agora na carne, seguirá seu chefe”. (MELVILLE, 1992:111)

A ameaça foi repetida diariamente para lembrar que os espanhóis teriam o mesmo destino de Dom Alexandre, caso os negros descobrissem que os brancos falavam ou tramavam algo contra eles.

Dom Benito afirmou que para manter a paz e a tranquilidade no navio, visto que as ameaças se intensificavam, ele escreveu um documento em que ele se comprometia a levar os negros ao Senegal. O documento foi assinado por Dom Benito, pelos marinheiros que sabiam escrever e por Babo em nome de todos os escravos.

Grandin (2015:214) destaca que Babo e Mori<sup>30</sup> eram letrados e provavelmente tinham recebido educação formal no seu país de origem. Babo sabia ler o céu, assim como ler e escrever na sua língua de origem, enquanto Mori sabia espanhol o suficiente para se comunicar com Benito Cereno. Segundo Grandin (Ibid.), contratos como o assinado por Benito Cereno em troca da própria vida eram já consolidados no islamismo no ano de 1805, assim como no cristianismo, portanto tal prática não era inconcebível ou mentirosa. Além disso, Babo tinha *status* para firmar tal contrato:

---

<sup>29</sup> No original: “(...) not for revenge or to administer justice but to secure their freedom”. (GARDIN, 2015:179).

<sup>30</sup> Segundo Grandin (2015), na obra *Benito Cereno*, Melville condensou dois dos líderes da revolta dos escravos a bordo do navio *Tryal*, ocorrida em 1805, Babo e Mori, em apenas um personagem, Babo.

Babo era tido com grande respeito pelos outros africanos ocidentais, sugerindo que ele pode ter sido um *marabout* (um clérigo) ou um *faqīh*<sup>31</sup> (um erudito) na sua vida anterior. (GRANDIN, 2015:214; minha tradução)<sup>32</sup>

Acerca deste ponto, já previamente discutido, podemos relacionar a teoria de Foucault (2008) sobre o status e autoridade de um falante para conferir ao discurso legitimidade:

Qual é o *status* dos indivíduos que têm - e apenas eles - o direito regulamentar ou tradicional, juridicamente definido ou espontaneamente aceito, de proferir semelhante discurso? (FOUCAULT, 2008:56)

Portanto, Babo, como o líder dos escravos e possivelmente um clérigo ou erudito, tinha autoridade para representar legalmente os escravos e validar o contrato firmado com Dom Benito.

Para garantir a segurança do plano, no dia seguinte, Babo ordenou que todos os botes fossem destruídos, exceto uma lancha e um escaler, pequena embarcação a remo, sendo essas necessárias para rebocar água, e que foram levadas ao porão. Por isso Dom Benito havia afirmado que os botes haviam sido destruídos em uma tempestade.

A afirmação de Dom Benito de que foi enfrentado período de calamitosa calma era verídica, contudo não pelo período de dois meses, como ele havia afirmado ao Capitão Delano, mas por alguns dias, e que devido ao excesso de calor, à sede e à falta de água, cinco pessoas morreram por convulsões e os escravos se tornaram mais irritadiços. Em determinado ataque de fúria, os amotinados mataram o piloto Raneds por um motivo vulgar, e que logo eles se arrependeram, pois restou apenas um piloto que soubesse navegar e o próprio depoente, Benito Cereno.

Depois de determinado período, quando eles chegaram à Ilha de Santa Maria, encontraram ancorado na mesma baía, o navio americano *Bachelor's Delight*, comandado pelo capitão Amasa Delano. Babo mandou que cobrissem com uma lona o corpo de Dom Alexandre Aranda. O negro Atufal era da opinião que deviam partir imediatamente, mas Babo planejou e

---

<sup>31</sup> *Faqīh*: especialista na jurisprudência islâmica. (Dicionário Merriam-Webster on-line, 2015).

<sup>32</sup> No original: “Babo was held in high respect by the other West Africans, suggesting that he could have been a marabout (a cleric) or a *faqīh* (a scholar) in his former life.” (GRANDIN, 2015:214).

decidiu sozinho colocar em prática uma grande farsa da qual Dom Benito foi forçado a participar sob ameaça de morte a si e a todos seus companheiros:

que o negro Babo então anunciou o seu plano para todos os seus companheiros, plano que os agradou; que ele então, para melhor disfarçar a verdade, maquinou diversos expedientes, combinando trapaça e precaução em alguns casos. (MELVILLE, 1992:114)

Em seu depoimento, Benito Cereno enfatiza que não pode pronunciar nenhuma palavra ou sugerir o mínimo que fosse ao Capitão Delano, pois Babo não o deixava sozinho nenhum minuto, adotando o papel de prestativo criado:

(...) o negro Babo, desempenhando o papel de oficioso criado, com todas as aparências de escravo humilde, nem um só momento saiu de perto do depoente; que fez isso a fim de observar as ações e palavras do depoente, pois o negro Babo entende bem o espanhol; e, além disso, havia por ali outros que constantemente o vigiavam, e que também entendiam a língua espanhola. (MELVILLE, 1992:116)

Em determinado momento, Babo orientou Dom Benito que fizesse perguntas sobre o navio, tripulação e armas do Capitão Delano, as quais o espanhol, primeiramente, recusou-se a fazer, mas Babo o ameaçou e, após obtidas as informações, ele comunicou que: “naquela mesma noite, ele (o depoente) seria capitão de dois navios” (MELVILLE, 1992:116).

Em maiores detalhes, Babo explica como faria para tomar o navio americano, visto que, naquela noite, grande parte da tripulação se encontraria fora por causa da pescaria. Dom Benito descreve que o modo encontrado por ele para evitar que Babo desse continuidade ao seu plano foi se apresentar indisposto e incapaz.

Dom Benito afirma, por fim, em seu relato, que a ideia de se jogar da amurada foi um “súbito impulso”, que ele julgava “ter vindo de Deus e seus anjos” (MELVILLE, 1992:117). Não somente a ideia de se jogar da amurada foi, segundo Dom Benito, uma resolução providencial, mas como a vinda do Capitão Delano ao resgate do *San Dominick*. Grandin (2015:10) destaca que, em *Benito Cereno*, a figura de Amasa Delano, representando a nova ordem republicana, poderia ser interpretada como ideal de que os Estados Unidos também teriam uma missão providencial junto à humanidade para uma “nova era” (Ibid.).

Outras informações são descritas no depoimento de Dom Benito e que acabam por elucidar determinados episódios narrados e que pareciam, aparentemente, desimportantes. Uma é que o despenseiro Francesco, a quem o Capitão Delano proferiu tantos elogios, havia proposto

ao negro Babo envenenar um prato de comida destinado ao americano, mas que Babo, com outros planos em mente, proibiu Francesco. Outra, que foram dois escravos que pregaram o corpo Dom Aranda na proa, mas que foi Babo quem rabiscou a inscrição “Segue teu chefe” para intimidar os marinheiros:

que o negro Babo foi quem rabiscou a inscrição abaixo do esqueleto; que o negro Babo era quem tudo tramava, do princípio ao fim; ordenava cada assassinato, e era alma e corpo da revolta; que Atufal era seu lugar-tenente; mas Atufal, com suas próprias mãos, não cometeu crime algum; tampouco o negro Babo. (MELVILLE, 1992:119)

Na passagem acima, destaco a inteligência de Babo, sua liderança e seu poder de manipulação que garantiram a ele não necessitar cometer sequer um assassinato com as suas próprias mãos, pois tudo foi por ele planejado com ordem e esperteza, delegando aos outros escravos o trabalho de matar.

Dom Benito garante em seu depoimento que a ele foi impossível ter agido de maneira diferente a que agiu, e que a trama não foi antes desmascarada: “porque a generosidade e compaixão de Amasa Delano eram incapazes de perceber tanta maldade”. (MELVILLE, 1992:120). A segunda afirmativa de Dom Benito corrobora a proposição feita no início da narrativa que o Capitão Delano era um indivíduo incapaz de ser levado por alarmes pessoais que, de algum modo, influenciassem-no a imputar maldade aos homens.

Tal afirmação feita por Dom Benito deve ser problematizada, pois nela é possível identificar uma ironia. Se concebermos que a revelação da trama a bordo do *San Dominick* não é referente à revelação de Babo como um ser maligno e perverso, mas sim como um homem livre, a incapacidade do Capitão Delano em desmascarar a trama não se deve a uma qualidade sua, mas, justamente, ao contrário, deve-se a um defeito ou preconceito seu, que não o permitiram conceber Babo além da condição que lhe foi socialmente imposta.

A segunda parte da narrativa, assim por mim denominada, conclui-se nesse momento, com o término do depoimento de Benito Cereno, que é seguido de sua assinatura e a do juiz Doctor Rozas.

Em seguida, há o que eu denominei como o terceiro e último momento da narrativa. O narrador “retorna” à narração e rememora determinados acontecimentos ocorridos no momento posterior ao resgate de Dom Benito e a tomada do *San Dominick*. O narrador reconhece que foram necessárias determinadas divagações na narrativa, tais como as que seriam por ele em seguida apresentadas, para que o relato fosse concluído:

Até aqui a natureza desta narrativa, além de tornar inevitáveis as complexidades do começo, mais ou menos exigiu que muitas coisas, em vez de anotadas por ordem de ocorrência, fossem apresentadas retrospectivamente ou irregularmente; este é o caso das seguintes passagens, que concluirão o relato. (MELVILLE, 1992:123)

É interessante destacar essa intervenção do narrador e o fato de ele indicar explicitamente que o seu modo de narrar usou de determinados artifícios como irregularidades temporais na apresentação dos acontecimentos, devido à “natureza da narrativa”. Entretanto, podemos inferir que “a natureza da narrativa”, muito se deve pelo foco narrativo adotado, pois se desde o princípio fosse concebida a perspectiva do escravo Babo, por exemplo, ou até mesmo a de Dom Benito, teríamos como resultado uma narrativa completamente diferente.

Na terceira parte da narrativa, temos uma *narrativa não focalizada* ou de *focalização zero*, segundo a terminologia de Genette (1995), para Todorov [Narrador>Personagem], ou a visão “por trás”, segundo Pouillon. Nesse momento da narrativa não é adotado o ponto de vista de nenhum personagem, a trama já foi revelada, portanto a parcialidade sobre os fatos, não se faz mais necessária para que o efeito de mistério, por exemplo, seja criado.

O narrador está acima dos personagens e tenta se manter distante e apresentar o mais puramente os diálogos entre o espanhol e o americano, deixando que, desta vez, o leitor teça as suas próprias considerações. Na passagem que se segue, Dom Benito revela ao Capitão Delano os seus sentimentos em relação a farsa que teve que sustentar:

“Ah, meu caro amigo”, disse Dom Benito uma vez, “naquelas mesmas ocasiões em que me julgou tão apático e ingrato, ou melhor, quando, como agora confessa, até pensou que eu tramava seu assassinato, naquelas mesmas ocasiões o meu coração estava gelado; eu não podia sequer olhá-lo, pensando no que, a bordo deste navio e do seu próprio, estava suspenso, por outras mãos, acima de meu gentil benfeitor.” (MELVILLE, 1992:124)

Talvez uma das passagens mais esteticamente bem construídas, na minha opinião, seja a que se segue. Através da consideração de Dom Benito, podemos estabelecer outras relações que ultrapassam o contexto em que a enunciação foi proferida e os sujeitos aos quais ela se refere:

“o senhor estava comigo o dia inteiro; ficava comigo, sentava-se comigo; e, no entanto, seu último ato foi querer agarrar um monstro, que não era apenas inocente, mas o mais infeliz dos homens. A tal ponto nos enganam as maquinações e decepções

maldosas! Até o melhor dos homens erra, ao julgar a conduta de outro com as reentrâncias de cuja condição não está familiarizado. (...)” (MELVILLE, 1992:125)

Dom Benito enfatiza a diferença entre aparência e realidade. O Capitão Amasa Delano havia construído uma imagem do espanhol completamente diversa daquilo que Dom Benito era, na realidade, tendo em vista que o americano desconhecia as reais circunstâncias que levaram o espanhol a agir do modo que agiu. Entretanto, o discurso de Dom Benito não poderia ser compreendido como uma indireta ao leitor? E se tomássemos o discurso de Dom Benito e o transferíssemos para Babo, não haveria aí, também, uma gritante diferença entre realidade e aparência? Afinal, revelada a trama que se desenrolou a bordo do navio *San Dominick*, seria possível considerar a conduta de Babo e dos demais escravos como condenável?

O autor parece nos dar indícios de que sua intenção com esse relato não é a de condenar a posição dos amotinados, afinal a condição dos negros como escravizados não é familiar ao leitor nem aos outros personagens, pelo contrário, ela é completamente contrária àqueles que julgaram os escravos rebelados como perversos, sendo a instituição que julga a mesma que escraviza.

Não seria perverso ser levado para longe de sua terra, de sua família, ser subjugado, humilhado e escravizado? Não é válido que alguém que sofreu tais abusos queira resistir? A atitude de Babo pode ser condenável?

A sociedade colonial da época, entretanto, violentamente o condenou. O narrador conclui a narrativa contando o que sucedeu com Babo, após o julgamento:

Quanto ao negro – cujo cérebro, não o corpo, concebera e liderara a revolta, e mais tarde a trama – sua frágil compleição, inadequada ao que continha, imediatamente cedeu à força muscular superior de quem o capturou, no bote. (MELVILLE, 1992:126)

Babo foi subjugado em força bruta, mas não em mente, pois ele não se permitiu escravizar, não aceitou o papel servil e inferiorizado que a sociedade a ele destinou. Para que a ordem social colonial fosse reestabelecida Babo deveria ser exterminado. Sua morte foi executada de maneira violenta e o seu corpo reduzido a cinzas:

Alguns meses depois, arrastado para a forca no rabo de uma mula, o negro encontrou seu silencioso fim. O corpo foi reduzido a cinzas; mas, por muitos dias, sua cabeça, colmeia de sutilezas, espetada num poste da Plaza, fitava, imperturbável, o olhar dos brancos (...). (MELVILLE, 1992, 127)

A figura de Babo funcionou como um bode-expiatório ao modelo da estrutura narrativa de Girard, como se “o negro” representasse todo o mal que se instaurou sobre aquela sociedade, a sua morte fosse necessária para a restituição da ordem vigente. A cabeça de Babo, responsável pela “maquinação” de toda trama foi exposta em praça pública para reforçar a ideia de poder e de superioridade do homem branco, assim como para reforçar o ideal de que, por episódios como o que ocorreu a bordo do *San Dominick (Tryal)*, o negro não poderia ser tratado de maneira igualitária e ao escravo que se rebela não se poderia ter compaixão.

O narrador salienta que na Igreja de São Bartolomeu, visível da exata direção de onde a cabeça de Babo estava posicionada na praça, os ossos do Dom Aranda foram enterrados, e três meses depois do julgamento, Dom Benito para lá foi “transportado em seu caixão, seguiu, de fato, seu chefe” (MELVILLE, 1992:127).

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A minha escolha em trabalhar com Melville foi motivada pela riqueza das possíveis inferências feitas pelo leitor, no texto literário, por sugestão do autor, a diferentes situações a que o texto foi criado e que indicam mudanças sociais, o que, de certa forma, faz de Melville um visionário e um homem à frente de seu tempo por ter um entendimento, principalmente, da sociedade e das relações humanas mais evoluído do que os homens de sua época. *Benito Cereno* comprova essa capacidade do autor. Tais inferências do texto somente são perceptíveis ao leitor atento e conhecedor do(s) contexto(s) da obra, por isso, a proposta de, neste trabalho, relacionar texto e contexto através de observações sobre o narrador, o foco narrativo e discursos se mostrou válida.

*Benito Cereno* é uma obra concisa, mas complexa, e que condensa um enorme número de sugestões e possíveis relações entre o texto e seus diferentes contextos. Analisar a obra em sua superficialidade, no contexto mais imediato do texto, seria erroneamente interpretar a intenção do autor, pois *Benito Cereno* não é a história de um herói americano que resgatou um navio e seu comandante do plano perverso de escravos amotinados. *Benito Cereno* é, pelo contrário, uma forte crítica à escravidão e muito bem poderia ser descrita como a história de um herói africano, Babo.

O objetivo da análise proposta neste trabalho, o de demonstrar como Melville cria uma história que, nas suas entrelinhas, conta, também, seu contraponto se deu por meio das observações sobre o narrador e o foco narrativo da obra, método usado para estabelecer um fio condutor que pudesse ligar os diferentes interesses e indagações levantadas pela obra e demonstrar como determinado discurso se legitima a partir de condições de enunciação. O fato de o leitor ter disponível somente dois lados da história: a do Capitão Delano e, posteriormente, a de Dom Benito, revelam um possível recurso usado pelo autor para criar determinados efeitos na narrativa, tal como o questionamento sobre a validade dessas narrações.

Se concebido o pressuposto de que a atitude de Babo e a dos demais escravos não pode ser condenável, pois ela se deu na forma de uma resistência em defesa da dignidade e integridade de sujeitos que foram escravizados, assim como foi concebido neste trabalho, as duas perspectivas adotadas na narrativa, se analisadas criticamente pelo leitor, podem resultar na conclusão de que essas servem como base para se pensar a posição de Babo e a dos demais amotinados a partir do olhar do outro (de quem escraviza) e delas discordar.

Tendo em vista as brutalidades que a escravidão engendrou e às quais os indivíduos escravizados estavam submetidos, o ponto de vista republicano do Capitão Delano e o

escravagista de Dom Benito não servem como um mero contraponto à verdadeira situação a bordo do navio, mas como formadoras do falso mito de que o escravo, em especial o negro, deve ser submisso, fiel e dócil, o que não somente é rejeitado pelos escravos do *Tryal*, mas desconstruído.

Com base nos estudos de Foucault, Pêcheux e Bakhtin acerca do discurso e de suas marcas ideológicas, verificou-se que o discurso do Capitão Delano e o de Dom Benito representavam dois discursos dominantes da época, ainda que, antagônicos em sua síntese, paradoxalmente, convergentes sob a visão sobre o escravo negro. O discurso escravagista, representado pelo espanhol Dom Benito e o abolicionista (dos republicanos americanos), representado pelo Capitão Delano, denotam o mesmo grau de racismo, pois partiam do ideal de que o negro era um ser inferior, passível de exploração ou carente de supervisão e orientação. O leitor crítico e atento, ao invés de tomar esses discursos como verdade, o que seria o esperado, dadas as condições de enunciação que confeririam a esses falantes a autoridade para que os seus discursos fossem legitimados, os rechaça. Ademais, por perceber que os focos narrativos adotados são parciais e que o próprio narrador é alvo de ironias, uma vez que temos as informações necessárias para identificar as aparentes inconsistências da narrativa, tornando-nos coniventes com o autor implícito, o leitor tem condições para concluir que o narrador não pode ser confiável.

Essa desconfiança que recai sobre o narrador é o grande trunfo da obra; o narrador traduz o senso comum da época e, quando vemos que ele é incapaz de perceber a complexidade das relações no relato que narra, seu discurso perde o valor de verdade, se esvazia. O que configura, na obra analisada, uma crítica social contundente.

## REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: HUCITEC, 1992.

\_\_\_\_\_. **Questões de literatura e de estética**. São Paulo: HUCITEC, 2010.

\_\_\_\_\_. **Teoria do romance I: A estilística**. São Paulo: Editora 34, 2015.

BARONAS, Roberto Leiser. Efeitos de sentido de pertencimento à análise de discurso. **Anais do II SEAD - Seminário de Estudos em Análise do Discurso [recurso eletrônico]**. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Disponível em: <<http://www.analisedodiscurso.ufrgs.br/anaisdosead/sead2.html>>. Acessado em: 20 maio 2015.

BELLEAU, André. Do dialogismo bakhtiniano à narratologia. Trad. de SILVA, Joserlândio da Costa, MARTINS, Edson Soares. [Original em francês, Du dialogisme bakhtinien à la narratologie]. **Macabéa – Revista Eletrônica do Netlli**. Crato: 2012, v. 1, n. 1, p. xx-xx. Disponível em: <<http://periodicos.urca.br/ojs/index.php/MigREN/article/view/345/259>>. Acessado em: 4 jun. 2015.

BOOTH, Wayne. **The Rhetoric of Fiction**. Chicago: University of Chicago, 1983. 2 ed.

BRAICK, Patrícia Ramos e MOTA, Myriam Brecho. **História das cavernas ao terceiro milênio**. São Paulo: Moderna, 2006. 2 v.

FAÉ, Rogério. A genealogia em Foucault. **Psicologia em Estudo [online]**. Maringá: 2004, v. 9, n.3, p. 409-416. ISSN 1807-0329.

\_\_\_\_\_. **História das cavernas ao terceiro milênio**. São Paulo: Moderna, 2006. 3 v.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2009.

\_\_\_\_\_. **Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

GENETTE, Gérard. **Discurso da narrativa**. Lisboa: Vejga, 1995.

\_\_\_\_\_. “Fronteiras da narrativa”. In: BARTHES, Roland et al. **Análise estrutural da narrativa: pesquisas semiológicas**. Petrópolis: Vozes, 2013.

GOMES, Heloísa Toller. Hipertextos. In: BERND, Zilá. **Antologia de Textos Fundadores do Comparativismo Literário Intramericano**. Projeto de pesquisa CNPQ, 2001. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cdrom/depestre/depestre.pdf>>. Acessado em: 9 jun. 2015.

GRANDIN, Greg. **The empire of necessity: Slavery, Freedom, and Deception in the New World**. New York: Picador, 2015.

HERMAN, Luc & VERVAECK, Bart. **Handbook of narrative analysis**. Lincoln: Nebraska University, 2005.

LEITE, Ligia Chiappini Moraes. **O foco narrativo**. São Paulo: Ática, 2005.

LOPEZ, Luiz Roberto. **História do Brasil colonial**. Porto Alegre: Novo Século, 2001.

MELVILLE, Herman. **Benito Cereno**. Tradução de Daniel Piza. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

NARZETTI, Claudiana Nair Pothin. A apropriação da teoria de Bakhtin na AD francesa. **ANAIS DO SETA**. n. 3, 2009. Disponível em: <<http://revistas.iel.unicamp.br/index.php/seta/article/view/531>>. Acessado em 25 maio 2015.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: Unicamp, 1988.

\_\_\_\_\_. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas: Pontes, 2006.

REIS, Carlos e LOPES, Ana Cristina M. **Dicionário de teoria narrativa**. São Paulo: Ática, 2000.

SARGENTINI, Vanice Maria de Oliveira. Os estudos do discurso e nossas heranças: Bakhtin, Pêcheux e Foucault. Campinas: **GEL – Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo. Estudos Linguísticos XXXV**, 2006. p. 181-190. Disponível em: <<http://www.gel.org.br/estudoslinguisticos/edicoesanteriores/4publica-estudos-2006/sistema06/vmos.pdf>>. Acessado em: 25 maio 2015.

TODOROV, Tzvetan. “As categorias da narrativa literária”. In: BARTHES, Roland et al. **Análise estrutural da narrativa: pesquisas semiológicas**. Petrópolis: Vozes, 2013.

VICENTINO, Cláudio e DORIGO, Gianpaolo. **História para o ensino médio: história geral e do Brasil**. São Paulo: Scipione, 2005.

WINK, Otto Leopoldo. “Aventuras da linguagem: princípios da narratologia genettiana aplicados à obra de Jamil Snege”. Dissertação de mestrado. Curitiba: **Universidade Federal do Paraná**, 2007. Disponível em: <<http://dspace.c3sl.ufpr.br:8080/dspace/bitstream/handle/1884/16802/document.pdf?sequence=1>>. Acessado em 10 maio 2015.

ZILBERMAN, Regina. **Teoria da literatura I**. Curitiba: IESD Brasil, 2012.